

*epuro*  
*of.*

**ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO**

Mês de junho de 2020

**13<sup>a</sup>**

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano dois mil e vinte, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Auditório – Casa da Cultura de Mogadouro, sob a presidência do excelentíssimo senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Jorge José Martins Dias e das excelentíssimas senhoras secretárias, Anabela Mendes Pereira, primeira secretária e Carla Alexandra Reis Lousão, segunda secretária. -----  
----- Aberta a sessão pelo senhor Presidente da Assembleia, procedeu-se à chamada. Verificou-se a existência de quórum para dar início aos trabalhos, estando presentes quarenta e um membros municipais, dos quarenta e três que constituem este órgão, assim relacionados: -----  
----- Jorge José Martins Dias, Ilídio Granjo Vaz, Manuel Luís Varandas, Manuel António Preto, Anabela Mendes Pereira, Sandra Cristina Mendo Moura, António de Jesus Cordeiro, Rute Solange Quitério Rainha Pacheco, Carla Alexandra Reis Lousão, António Acácio Gonçalves Baptista Cordeiro, Cândido Francisco Fernandes, Altino dos Anjos Aleixo, Maria Teresa Afonso Pimentel Vilariça, Corina Lopes Falcão Xavier, José Luís Felgueiras, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, Amélia Maria Pereira Miguel Machado, Maria Eugénia Batista Cabanal, José Francisco Bento Sanches Branco, Alberto Oliveira da Costa, António Amálio Oliveira, Pedro Manuel Folhento Bento Pires, João de Deus Possacos, José Francisco Marcos Carrasco, Silvina Nogueira Nunes Pereira, António dos Santos Aleixo, Carlos Alberto Telo Afonso, José António Freitas, Francisco Alberto Telo Afonso, José António Patrão, Carlos Alberto Sousa Reis, Eliana Isabel Pereira Magalhães, Rui Manuel Pimentel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Maria José Ramos Fernandes, António José Marcos, Américo Rodrigues, José Pedro Ovelheiro Amaro, António Manuel Silva Frade, Amílcar André Machado e Manuel dos Anjos Garcia.-----  
----- De registar as faltas de comparência à presente sessão dos seguintes membros municipais:-----  
----- Alfredo Justino Ribeiro, apresentou, por correio eletrónico, comunicação de que não poderia comparecer, por motivos de profissionais. A Mesa considerou a falta justificada.-----

----- Luís José Pinto Lopes, apresentou, por correio eletrónico, comunicação de que não poderia comparecer, por motivos profissionais. A Mesa considerou a falta justificada.-----

----- Luís Pedro Martins Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Peredo da Bemposta, comunicou via correio eletrónico, que não poderia estar presente, por motivos de ordem profissional, indicando para o substituir o secretário, Carlos Alberto Sousa Reis. A Mesa considerou a falta justificada.

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu com os trabalhos constantes com a seguinte ordem do dia:-----

## ORDEM DO DIA

### 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

1.1 ATA DA 12.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2020 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO.-----

1.2 APROVAÇÃO DE VOTOS DE PESAR.-----

1.3 INFORMAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E EXPEDIDA.-----

1.4 PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.(Conforme a Lei n.º1-A/2020, de 19 de março, do n.º2 do artigo n.º3, a obrigatoriedade de realização pública das reuniões dos órgãos deliberativos e executivos dos municípios e das freguesias e dos órgãos deliberativos das entidades intermunicipais, conforme previsto nos artigos 49.º, 70.º e 89.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, fica suspensa até ao dia 30 de junho de 2020, sem prejuízo da sua gravação e colocação no sítio eletrónico da autarquia sempre que tecnicamente viável.)-----

1.5 TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO.-----

### 2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

2.1 APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO (AL. C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º E N.º 4 DO ARTIGO 35.º, ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – APRECIÇÃO.-----

2.2 APRECIÇÃO DAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DA LEI N.º6/2020, DE 10 DE ABRIL – CONHECIMENTO.-----

2.3 UNIDADE DE OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO SOBRE O PROJETO PARA CRIAÇÃO DE UMA ROTUNDA (EN221) – AVENIDA DE ESPANHA – MOGADOURO. LOCAL: ENTRONCAMENTO DA EN221 (EM) COM A EN221 (JURISDIÇÃO DA IP) – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

2.4 APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO FINANCEIRO DE 2019 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO.-----

2.5 PRIMEIRA ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DO PLANO DE INVESTIMENTOS DO ANO DE 2020 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

2.6 PRIMEIRA ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA RECEITA DO ANO DE 2020 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

2.7 PRIMEIRA ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA DESPESA DO ANO DE 2020 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

- 2.8 APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS, RELATÓRIO ANUAL DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA E RELATÓRIO ARTIGO 77.º - CONHECIMENTO.-----
- 2.9 SEGUNDA ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA DO ANO 2020 (SNC-AP) E INFORMAÇÃO DO SERVIÇO DE CONTABILIDADE – CONHECIMENTO.-----
- 2.10 PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS A APLICAR EXCECIONALMENTE NO ÂMBITO DA PANDEMIA DA DOENÇA COVID-19 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----
- 2.11 SEGUNDA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO DO ANO 2020 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----
- 2.12 DESIGNAÇÃO DO JÚRI DOS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA E CHEFE DA DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----
- 2.13 APOIO CONCEDIDO À JUNTA DE FREGUESIA DE TÓ NOS TERMOS DO REGULAMENTO DE FORMAS DE APOIO ÀS FREGUESIAS/UNIÕES DE FREGUESIAS DO CONCELHO DE MOGADOURO – PARA CONHECIMENTO.-----
- 2.14 MAPA DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPREGO – CONHECIMENTO.-----
- 2.15 MAPA DO SERVIÇO PRESTADO PELAS MÁQUINAS NAS FREGUESIAS – CONHECIMENTO.-----
- 2.16 COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – AM 2 – 2020 – CONHECIMENTO.-----
- 3 OUTROS ASSUNTOS.-----

.....

### **1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

----- No início da sessão, o senhor Presidente comunicou que as justificações para as respetivas faltas se encontravam no balcão da entrada e que já estavam devidamente assinadas.-----

----- Solicitou autorização à Assembleia para modificar a designação do ponto 2.10, segundo o n.º3 do artigo 2.º da Lei 6/2020 de 10 de abril, lei programada durante a pandemia, o qual foi comunicado com antecedência de quarenta e oito horas à Assembleia Municipal, não fazendo sentido ir para deliberação, mas sim para conhecimento.-----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, modificar a designação do ponto 2.10.-----

.....

----- **1.1 ATA DA 12.ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2020 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO:** - A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da décima

segunda sessão ordinária, realizada no dia vinte e um de fevereiro do ano de dois mil e vinte. -----

----- Não participaram na votação desta ata, dois membros desta Assembleia Municipal por não estarem presentes na referida sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.-----

----- **1.2 APROVAÇÃO DE VOTOS DE PESAR:** - Por proposta do senhor Presidente, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os seguintes votos de pesar e apresentar às famílias enlutadas as sentidas condolências:-----

- Pelo falecimento da mãe do membro municipal, Manuel Luís Varandas, a senhora dona Adelina da Purificação Bento;-----

- Pelo falecimento da sogra do Presidente de Junta de Freguesia do Azinhoso, António Amálio Oliveira, a senhora dona Maria Vaz de Castro;-----

- Pelo falecimento do tio do Presidente da Junta de Freguesia de Vila de Ala, Amílcar André Machado, o senhor Manuel Machado;-----

- Pelo falecimento do pai do Ex. Presidente da Câmara Municipal, Armando José Venâncio Salomé, o senhor Alfredo Salomé.-----

----- **1.3 INFORMAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E EXPEDIDA:** - Nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia tomou conhecimento do expediente relativo aos assuntos relevantes tratados pela Assembleia desde a última sessão até ao dia quatro de junho de dois mil e vinte.-----

----- **1.4 PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** - Sem presença de público, de acordo com o n.º 2 do artigo n.º 3, da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março.-----

----- **1.5 TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO:** - Inscreveram-se para usar a palavra os seguintes membros municipais: Ilídio Granjo Vaz; José Francisco Bento Sanches Branco; Manuel Luís Varandas; José Francisco Bento Sanches Branco; Manuel Luís Varandas; Ilídio Granjo Vaz; José Francisco Bento Sanches Branco; Manuel Luís Varandas; Francisco José Telo Afonso; Carla Alexandra Reis Lousão.-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO ILÍDIO GRANJO VAZ:** -----  
-----“Muito bom dia a todos e com desejos de boa saúde e também manifestar a nossa saudade deste reencontro. Portanto, queria também expressar os meus parabéns pela organização desta sessão, porquanto ela é

necessária para o prosseguimento da governação da autarquia, julgo que este espaço, para o qual fui convidado para me pronunciar, e achei que realmente reunia as condições para podermos dar o nosso contributo para o desempenho da nossa função.-----

----- Quero daqui uma vez mais desejar a todos boa saúde e capacidade de resistência a uma pandemia causada por um vírus contagioso, poderoso, incontrolável, propagador de doença mortífera, que teimosamente persiste em alastrar, com impacto significativo na organização económica social e cultural do mundo em que vivemos. Todos estamos sujeitos, não tem nacionalidade nem fronteiras, mas é causador, até ontem, segundo informação do meu amigo Magalhães ou do eng. Magalhães, que todos os dias nos dá essa informação, e que eu observo, para além daquilo que está transcrito nos órgãos de comunicação social, até a data de ontem, mil quinhentos e quarenta e nove mortos, quarenta mil quatrocentos e quinze infetados, para lá dos milhões que estão no mundo.-----

----- A verdade é que todos os dias contamos mais mortos e infetados, o nosso bem estar está a degradar-se, mas, se quisermos, está ao nosso alcance e no nosso horizonte melhorar a nossa qualidade de vida desde que saibamos cumprir as regras e orientações da Organização Mundial de Saúde, da Direção Geral de Saúde, do Governo e das Autarquias, bem como, saber por em prática a nossa consciência coletiva, ou seja, o respeito que devemos ter pelos outros é exatamente igual ao respeito que esperamos que os outros tenham connosco, sendo ele o distanciamento social. Estes compromissos que estão inerentes para assim podermos ter mais algum cuidado para nos mantermos ainda mais ou menos ativos nesta vida complicada. Vivemos atualmente tempos difíceis de grandes desafios pessoais, profissionais e até familiares, inclusivamente de manutenção do isolamento atroz, mas necessário, para a nossa sobrevivência. Todos temos noção de que este vírus Covid\_19, é verdadeiramente demolidor e se o surto continuar criará riscos inimagináveis à economia mundial afetando mais o nosso país devido ao peso do turismo e à capacidade do Governo em saber reverter os efeitos desta crise, designadamente, ao incentivar a prática de desconfinamentos apressados e descontrolados e de comemorações político-partidárias mal pensadas e, a nosso ver, inusitadas.-----

----- A nível local, todas as medidas contribuíram e muito para a atenuação dos efeitos de uma propagação mais agressiva, embora lamentemos a falta de informação aos membros da Assembleia Municipal dos casos existentes no nosso concelho, como deveria ser objeto de uma informação mais realista, nomeadamente através do senhor Presidente da Assembleia Municipal. Ainda à pouco em conversa com o senhor Presidente fiz essa referência, de que realmente deveríamos ter conhecimento do que se passa no concelho, felizmente as notícias são boas, mas também podiam ser más, e o desconhecimento era igual.-----

----- Contudo, congratulamo-nos com os êxitos alcançados e registamos positivamente o cumprimento social dos nossos cidadãos ou concidadãos. É neste contexto que apresentamos a todas as famílias enlutadas, e que são milhares, por Covid\_19, a nossa solidariedade e consternação pelo falecimento dos seus entes queridos, propondo a esta Assembleia um minuto de silêncio pelo seu falecimento.-----

----- Uma segunda nota, para destacar aqui na casa da democracia, os profissionais de saúde e toda a equipa envolvente no combate a um inimigo invisível com particular destaque: bombeiros, proteção civil, cruz vermelha, forças militares militarizadas entre outros.-----

----- Foram evidentes e merecidas todas as homenagens públicas, desde a Presidência da República, Assembleia da República, Governo e Autarquias Locais pelo empenho inabalável e dedicação destes profissionais que continuaram na linha da frente com o objetivo de salvar vidas, pondo em causa as suas próprias vidas, houve médicos a dormir em roulotte, para não irem para casa das famílias. Houve médicos e enfermeiros que alugaram casas para não estarem em contato com os seus familiares.-----

----- Na nossa opinião, nada mais justo do que reconhecermos o excepcional serviço prestado cujo sacrificio pessoal e familiar foram determinantes para minimizar o número de baixas de doentes infetados por Covid\_19 do nosso país.-----

----- Da nossa parte, obrigado, obrigado, obrigado.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO:** -----

-----“Já tinha vontade de estar nestas Assembleias, de estarmos juntos e esperemos que a vida continue. Não está a ser fácil, mas esperemos que sim, apesar da situação em Lisboa o resto do país, penso que já está um bocadinho mais calmo.-----

----- Em primeiro lugar, senhor Presidente eu queria dar-lhe os parabéns pela distribuição das máscaras que fez pela vila de Mogadouro, feita pelos funcionários. Mas queria questionar qual foi o critério de distribuição, porque o que me disseram, era uma caixinha por cada caixa do correio, mas havia famílias que tinham mais de duas pessoas a habitar e isso não foi considerado. Se toda a gente viu, dentro do envelope ia um panfleto com uns dizeres por trás, mas senhor Presidente, é preciso ter atenção, neste panfleto que é tão pequenino tinha meia dúzia de erros. Um documento que sai da Câmara visto por muita gente e está com vários erros ortográficos, acho que não fica bem para o Município de Mogadouro.-----

----- Outra situação, gostava de saber pelo atraso dos cancelamentos devido ao Covid\_19, foi na altura da Amendoeira em Flor, foi colocada a tenda para as festas no São Sebastião, todos os concelhos durante essa semana antes das amendoeiras cancelaram os eventos, entre eles, Vimioso, Miranda do Douro,

mas Mogadouro foi o último a cancelar o evento das Amendoeiras em Flor, penso que foi sexta-feira no dia da abertura. Por isso mesmo, gostaria que nos informasse qual foi o custo que a Câmara teve com a tenda que esteve um mês instalada no centro da vila. Não sei se era para algum hospital de campanha para o centro de saúde ou não, pois esteve ali um mês e queríamos saber qual foi o custo que a Câmara teve com essa tenda.-----

----- Eu já tinha levantado aqui algumas questões, gostava de saber o seguinte: saber se a Sogrape pagou os vinte e cinco mil euros. Infelizmente hoje a reunião foi aqui, como o senhor Presidente disse na última sessão, eu não passei nos gabinetes na Câmara para saber de algumas situações, gostaria de saber se já foi feito ou não esse pagamento.-----

----- Outra situação, tive conhecimento que na última reunião de Assembleia na parte da tarde o deputado Ilídio, o deputado Manuel Varandas, o senhor Presidente da Câmara e o funcionário Jorge Geraldês foram ver a sala para reunião dos grupos parlamentares para preparação da Assembleia. Qual é o meu espanto que na semana passada, liguei ao Ilídio e perguntei como estava a situação da sala. E ele respondeu-me fala com o Jorge, ele é que sabe. Como falou Jorge, eu liguei ao Presidente da Assembleia, a perguntar, e ele respondeu-me: “Isso não é comigo, sei quem foi lá, fala com o Presidente da Câmara”. Acabei de falar com o Jorge, liguei ao senhor Presidente da Câmara três ou quatro vezes, mas como sempre, não atende. Liguei ao secretário do senhor Presidente da Câmara, o senhor Hernâni, onde o questionei sobre a situação da sala onde ele respondeu que não sabia de nada, mas assim que soubesse que me dizia alguma coisa. Até hoje ainda não disse nada. Não sei qual é o ponto de situação, já passaram quase seis meses da última Assembleia, gostaria de saber a situação da sala.

----- Outro assunto. Queria que me esclarecesse uma situação e que passou na opinião pública, foi a aquisição dos computadores para os alunos das escolas. Qual foi o critério de adjudicação, se as empresas de Mogadouro foram contactadas para concorrer e se a empresa que ganhou o concurso cumpriu os prazos que estavam estipulados na entrega dos computadores. Por aquilo que tenho conhecimento, uma das empresas de Mogadouro penso que concorreu ou que ia concorrer, mas não tinha hipótese em quinze dias de entregar os computadores. Então esquece vamos comprar fora. Compraram fora, e eu queria saber se cumpriu ou não cumpriu a entrega do material.----

----- Outra situação. Ouvi esta semana na rádio, o Presidente da Câmara de Bragança, Dr. Hernâni, falar sobre a questão dos resíduos do Nordeste, que iam assumir a conduta da água em alta e em baixa. Senhor Presidente, tenha atenção nesta questão das águas, vai acontecer a mesma situação que do gás, a Câmara de Mogadouro tem infraestruturas da água que são nossas, acho que ainda existe um problema com as águas de Portugal, não sei se está resolvido ou não, mas o senhor Presidente em algumas reuniões atrás, há mais de meio ano, disse que ia ter reunião com o Ministro sobre essa questão

e ainda não nos trouxe essa decisão. Mas se temos o problema com o gás de darmos as nossas instalações, os cabos, a canalização para a exploração do gás, da água vai-se passar a mesma situação. Depois, a questão é o preço que as pessoas vão pagar depois da entrega da água à Resíduos do Nordeste. Se a empresa vai explorar vai ser para ganhar dinheiro, não é para perder dinheiro ou para equilibrar as contas.-----

----- Outro assunto. Nesta situação da pandemia, a comissão política do PSD, no dia vinte e três de março de dois mil e vinte às dezoito e trinta e um, enviou um email ao senhor Presidente da Câmara, que eu vou ler: *“No âmbito do assunto referido eu José Francisco Sanches Branco, presidente da secção, venho em nome da concelhia do PSD de Mogadouro, oferecer a nossa colaboração em tanto quanto puder ser útil para ajudar a conceber e a ampliar as medidas de prevenção e de ação contra este vírus que está a aterrorizar o mundo, Portugal e também Mogadouro. No exercício da nossa cidadania e do nosso dever cívico não podemos deixar de lutar. A disparidade, as medidas que estão a ser tomadas por outros executivos municipais e as medidas que estão a ser levadas acabo pela Câmara Municipal de Mogadouro. Para responder às necessidades da nossa população. Assim, e sempre numa perspetiva de trabalho conjunto pelo interesse maior do nosso concelho, propomos ao Exmo. Sr. Presidente a aplicação das seguintes medidas que sabemos que o Município de Mogadouro tem meios para o realizar: 1º – Desinfestação urgente de todas as ruas da vila de Mogadouro, de todas as aldeias, quintas e lugares do nosso concelho; 2º - Disponibilizar-se um hospital de campanha ou área de isolamento para os doentes Covid\_19; 3º - Disponibilização e preparação atempada de espaços municipais para a permanência de doentes devido ao Covid\_19; 4º - Disponibilização do alojamento para profissionais de saúde que nesta fase e referenciados pela Unidade Local de Saúde do Nordeste, precisam de ficar em Mogadouro para tratar da nossa população, incluindo aqueles que forem do nosso concelho, mas não queiram ir para casa para proteger as suas famílias; 5º - Ativação de uma equipa que preste apoio psicológico e social a pessoas mais fragilizadas e isoladas do nosso território; 6º - Ativação de uma equipa que preste apoio a pessoas mais fragilizadas e isoladas, sobretudo aos mais idosos, na tomada de medicação e compra da mesma; 7º - Isentar e não adiar o pagamento da fatura da água e saneamento durante três meses, para todos os contadores do Município; 8º - Suspensão de cortes de fornecimento de água por tempo indeterminado; 9º - Comparticipação nas despesas da eletricidade das empresas sediadas no concelho durante três meses (propomos uma comparticipação em 50% da despesa com eletricidade).”* Existiam mais alguns pontos, mas não vou falar. E acabamos assim: *“Temos uma Câmara com recursos humanos numerosos e qualificados, temos uma Câmara com disponibilidade orçamental para levar Mogadouro a bom porto seguro, temos vontade de*

*unir por parte dos intervenientes políticos e temos a população que precisa mais de nós que nunca. O executivo municipal pode implementar estas medidas, nós e todos os Mogadourenses pedimos que o faça. Tem a nossa disponibilidade e vontade de servir o nosso concelho e de colaborar com o Município.”* Esta foi a carta que enviamos ao senhor Presidente da Câmara no dia vinte e três de março. A partir dessa data o senhor Presidente é que tomou algumas medidas, mas nunca nos contactou para o apoiarmos. No despacho do dia vinte e cinco de março, suspende a faturação mensal da água e a suspensão do corte de fornecimento da água. Ao email enviado para o Centro de Saúde no dia vinte e seis de março, o senhor Presidente da Câmara disponibiliza a Residência de Estudantes para o pessoal do Centro de Saúde para dormir e descansar e a possibilidade de fornecimento de refeições. Isto depois, da nossa carta enviada ao senhor Presidente da Câmara. No dia vinte e quatro de março, quem tem o Facebook e passo a citar da página do Facebook do senhor Presidente, o senhor Presidente da Câmara vem lamentar-se, e vou ler uma parte da intervenção que tem no Facebook: *“Não era minha intenção comentar aquilo que quer que fosse, muito menos num momento tão débil como aquele que está a atravessar o país e o mundo. No entanto sinto que o devo fazer utilizando os mesmos meios que têm sido utilizados para esse fim. Tenho tido conhecimento ao longo destes dias de certos comentários menos próprios, atrevo-me a dizer impensáveis por parte de quem os escreve e também algum aproveitamento político.”* Agora desculpem, digam-me se na carta que nós enviamos existe aproveitamento político. Depois mais abaixo diz assim: *“isto pelo trabalho que prestam os Presidentes de Câmara em prol dos seus municípios 24 horas por dia, 7 dias por semana...”* é o trabalho que diz que faz o senhor Presidente da Câmara, sim senhor, mas mais à frente vou referir aqui a disponibilidade dele perante algumas situações.-----

----- Então vamos lá ver o aproveitamento político que o senhor Presidente diz que existe na carta que eu mandei.-----

----- O PSD de Mogadouro e aqueles que o representam, têm vindo a ser repetidamente acusados pelo Presidente da Câmara de se aproveitarem do Covid\_19 para se promoverem politicamente. Temos tentado ignorar estas acusações e dar ao executivo espaço e tempo para trabalhar sem que se sinta pressionado, querendo acreditar que o Presidente do Município e os Vereadores que o acompanham poderão responder em tempo e forma às exigências deste momento. Contudo, vendo que não o fazem, é nosso dever, constitucionalmente previsto, apresentar propostas para ajudar o nosso concelho e assinalar as ações que forem levadas a cabo com prejuízo para a nossa terra, seja quem for o nosso autor.-----

----- O PSD foi eleito para cargos de oposição na Câmara Municipal, na Assembleia Municipal e nas Assembleias de Freguesia do concelho de Mogadouro. Estamos a exercer o direito de representar os cidadãos do

território para o qual fomos eleitos. Condenar e querer limitar a nossa intervenção e a nossa opinião é um caso de abuso político.-----

----- Estar atentos à gestão praticada pelo Município, querer contribuir com ideias viáveis e críticas construtivas para essa gestão não é aproveitamento político, é o exercício de um direito e o cumprimento de um dever.-----

----- Por outro lado, aproveitamento político, senhor Presidente, é usar um cargo político para empregar na Câmara Municipal, com vínculo permanente e em condições de legalidade questionável, a sua esposa, a sua nora, a cunhada de um assessor e a esposa de outro.-----

----- Aproveitamento político é entregar sucessivamente a familiares e amigos as empreitadas da Câmara.-----

----- Aproveitamento político é usar os empregos públicos do Município para compensar os apoios eleitorais, empregando os apoiantes do PS e deixando desempregados aqueles que tinham algum vínculo pessoal ou familiar com o PSD. Relembramos a escandalosa decisão tomada pelo seu executivo de não contratar dois professores de educação física que prestavam serviço a esta Câmara por treze anos, no caso do professor Rui Gaspar e onze anos, no caso do professor Nuno Moreno. Eles ficaram sem emprego de um dia para outro, o senhor Presidente referiu que não faziam falta mais professores de educação física e pouco depois foi contratar outra professora desta modalidade. O mesmo aconteceu com um professor de música, não o empregou dizendo que não precisava do serviço dele e logo depois contratou outro para o mesmo trabalho. Isso faz sentido para si? Para nós não! Isto é que é aproveitamento político!-----

----- Finalmente, dizemos, aproveitamento político é usar as intervenções da oposição para se vitimizar perante a opinião pública, manipulando os cidadãos com investidas populistas.-----

----- Tudo isto é aproveitamento político. Apresentar oposição não é nenhum aproveitamento, é o cumprimento de uma responsabilidade que nos foi entregue pelo povo. E nisto tudo a palavra a ter em conta é mesmo esta: “*responsabilidade*”. O senhor Presidente cumpra a sua, que nós continuaremos a cumprir a nossa!-----

----- Outra situação. Saiu agora o fundo de emergência de apoio às microempresas, senhor Presidente, eu gostava que me esclarecesse a seguinte situação. Porque é que foram excluídas certas empresas de Mogadouro? Independentemente do número de funcionários e número de faturação, se apoiamos é para apoiar todos, não é para fazer diferença de algumas empresas e mesmo que algumas empresas tenham menos de nove funcionários pelo regulamento da Câmara estão logo excluídos. Gostava de saber porquê? E depois gostava que me desse um pequeno exemplo: uma pequena empresa que tenha três a cinco funcionários e que fature cinquenta e cinco mil euros, qual é o apoio da Câmara? Eu já fiz contas e contactei alguns contabilistas e ninguém consegue chegar a nenhum resultado nesta

equação que tem aqui, que é o valor da faturação mais o número de funcionários vezes setecentos e cinquenta euros e não sei que valor dá.-----

----- Gostava de expor mais dois assuntos.-----

----- O PSD no dia quatro de março mandou ao senhor Presidente da Câmara um ofício para a colocação de dois painéis na vila de Mogadouro, que dizia o seguinte: *“a comissão política do PSD vem requerer a V.ª Ex.ª autorização para a colocação de dois painéis outdoor na vila de Mogadouro”*. O senhor Presidente no dia dezassete respondeu à comissão política a dizer: *“Requeiro a V.ª Ex.ª que se dignem a indicar quais os locais onde pretendem colocar os dois outdoors”*. O PSD respondeu no dia seis de maio, a dizer que colocava um outdoor junto ao jardim Duarte Pacheco e outro junto ao jardim das bombas da Galp. Depois de várias insistências que eu tive pelo telefone com o senhor Presidente para me atender e julgo que são mais de vinte telefonemas que fiz, o senhor Presidente não atendia, mandava mensagem dizia, não posso. Mas quando não se pode, logo que se tenha tempo acho que é de bom tom responder aos telefonemas. Qual é o meu espanto que no dia vinte e cinco de junho, recebo uma resposta do senhor Presidente assim: *“ao secretário para notificar a comissão política da secção de Mogadouro do PSD, que não é possível colocar o outdoor no jardim junto às bombas da Galp, dado que já está lá colocado no mesmo local um outdoor. Sobre a colocação do outdoor no jardim Duarte Pacheco deve indicar o local concreto para verificar se o mesmo tem impacto de visibilidade”*. Senhor Presidente, eu gostava que hoje durante a reunião, e é fácil ligar para a Câmara, queria ver o ofício do partido socialista da colocação do outdoor para as eleições legislativas, está lá a mais de meio ano. Quero saber qual é o ofício a solicitar essa colocação e qual a razão para não podermos colocar lá o nosso. Mas eu facilito mais o assunto, eu vou dar um parecer da Comissão Nacional de Eleições, que diz: *“a atividade de propaganda é livre, não depende de licenciamento ou autorização camarária, eu repito, a atividade de propaganda é livre, não depende de licenciamento ou autorização camarária.”* Só no caso da propaganda que exija um local de obras é que é sujeita a licença, e não pode colocar os outdoors. O PSD pediu autorização para dar conhecimento, mas dou-lhe aqui um parecer para ver e dar a quem faz o despacho, não é preciso autorização, e o PSD vai colocar esses outdoors nesses dois locais.-----

----- Por fim, existe outra questão que não me posso abster de comentar. A Câmara emitiu um comunicado a informar e passo a citar: *“para a contenção do novo corona vírus Covid\_19 o Município de Mogadouro informa que as férias em movimento e as férias na escola de verão de 2020, foram canceladas. O Município considera que as condições para a plena segurança das crianças e jovens não estão reunidas na realização destas atividades.”* A Câmara todos os anos fazia as férias desportivas durante dois meses, este ano cancelou. Qual é o nosso espanto, o Município prepara-se

para abrir as piscinas municipais descobertas a partir de um de julho. É uma falta de coerência, suspender as atividades das crianças para evitar o contágio entre elas, mesmo tendo ao serviço na Câmara um número de professores e um número de funcionários suficientes para assegurar que as atividades decorressem em segurança e ao mesmo tempo vão abrir as piscinas, onde centenas de pessoas vão partilhar o mesmo espaço, os mesmos chuveiros e a mesma água. Senhor Presidente, já houve Municípios do nosso distrito que já fecharam, cancelaram os parques de campismo e as piscinas não vão abrir este ano. Nós vamos abrir as piscinas municipais e vamos cancelar as férias desportivas das crianças. Vamos ver o que vão fazer alguns pais na altura do verão, terão de meter férias ou faltar ao trabalho para cuidar das crianças. É uma decisão no mínimo contraditória de outras que tem vindo a tomar este executivo. Faço questão de deixar aqui expressa as nossas reservas sobre a decisão de abrir as piscinas municipais e espero pelo bem de todos que essa decisão não resulte em prejuízo pela saúde de ninguém.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:**-----

----- “Antes de passar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, queria esclarecer dois pontos.-----

----- Primeiro, sobre a sala que mencionou o membro José Branco, a sala parlamentar, eu não disse para ligares ao Presidente, atenção com as palavras, eu disse: “ *eu fui com o Presidente da Câmara, com o membro Ilídio Granjo e com o Jorge Geraldês ver a sala, e houve um compromisso*”, aliás, o Presidente está aqui que não me deixa em mentira, e o membro Ilídio Granjo também não. A sala seria preparada para o devido efeito, até deu opção de escolha. A partir daí, não sou eu que tenho que abrir a sala, eu não tenho nada com isso. Eu encetei esforços para que a sala fosse disponibilizada, e foi, agora mediante o que se passou depois, não tenho nada com o assunto.-----

----- Segundo assunto, é sobre a informação que eu teria de prestar sobre o período de pandemia que estamos a passar, principalmente nos primeiros tempos. Eu passei a informação a todos os membros, daquela que me foi passada a mim. O resto está na comunicação social, não sou eu que vou pegar nos emails da Câmara para a comunicação social e envia-los para os membros. Cada um informa-se, agora, tudo que me foi informado, tudo o que me foi passado de informação sobre o período da calamidade e sobre o período da pandemia, eu enviei ou reenviei para todos os membros. Membro Ilídio Granjo não posso disponibilizar informação que não tenho.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO MANUEL LUÍS VARANDAS:-**

----- “Eu ouvi com muita atenção a intervenção do senhor Ilídio Granjo e numa altura em que o Covid\_19 vai avançando por esse país fora, gostei

imenso, aliás, eu venho aqui para, se ele me permite também elogiar os Presidentes de Junta do concelho de Mogadouro que fizeram um excelente trabalho, tiveram a preocupação de recolher e enviar para a Proteção Civil todas as necessidades de alimentação. Um funcionário da Câmara encarregou-se, até fora do seu horário de serviço, “*agora um à parte, ao ponto de levar uma patinha de um frango a um cãozinho de uma senhora que precisava*”. De facto, houve funcionários da Câmara que correram riscos, foram a todos os lados, resolveram aquilo que provavelmente seria necessário, felizmente o nosso concelho, é um concelho com algum poder económico, porque a agricultura no planalto mirandês felizmente não foi afetada por esse confinamento. Os restaurantes serviram *take-away*, o Intermarché funcionou, gastou os nossos produtos. Não há, que eu conheça, neste momento tirando os produtores do leitão bísaro que tiveram alguma dificuldade em vender, todos os outros penso que não tiveram. Em Mogadouro com todos estes profissionais excelentes conseguiram confinar em Vila de Ala um único caso positivo, exceto os que foram contaminados nos hospitais alguns deles no IPO, conseguiram com o auxílio dos Presidentes de Junta de freguesia, com certeza que foram excelentes, conseguiram que o concelho de Mogadouro tivesse só um caso positivo em Vila de Ala, para nós foi excelente, para o concelho de Mogadouro foi excelente, temos que dar valor aos bombeiros como o Ilídio fez e muito bem.-----

----- Agora como já estamos habituados às intenções do senhor Presidente da comissão política, José Francisco Sanches Branco, já o conhecemos há muitos anos, anda por aqui há muitos anos, faz um comunicado que é distribuído por todo o lado, comunicado da comissão política do PSD, chega primeiro às caixas dos correios depois a seguir vai pedir ao senhor Presidente da Câmara que faça o que ele distribuiu pelo concelho. O senhor José Francisco faça o favor de não me chamar mentiroso que eu não lhe admito. O senhor vem para aqui dizer barbaridades e nunca foi interrompido, então faça o favor de se manter no seu lugar e não me interrompa. A comissão política do PSD tem o direito de fazer os comunicados que quiser, é evidente, um direito que lhe assiste numa democracia, agora não pode exigir que o executivo que ganhou as eleições faça aquilo que ele manda fazer. Provavelmente o email foi enviado pela comissão política, não foi enviado pelos vereadores, mas isso não interessa.-----

----- Vou falar nos conteúdos, já é a terceira ou quarta vez, que aparece aqui o pagamento de 50% da luz nas empresas de Mogadouro. Eu começo a pensar que existe aqui interesse próprio. Já foi provado que a Câmara não tem capacidade financeira para pagar 50% às empresas de Mogadouro. Faz a mínima ideia quantas empresas tem Mogadouro? São quinhentas? São mil e oitocentas? Quantas são? Faz a mínima ideia de quanto consome de energia elétrica a Mogaeuropa? A Mogaeuropa que eu saiba trabalhou sempre, fez

os seus trabalhos, não despediu nenhum empregado e continuou a trabalhar. Faz a mínima ideia quanto consome o Pereira&Gomes, a excelente fábrica de alfaias agrícolas que temos na zona industrial? Não faz a mínima ideia. Eu tive de ir lá várias vezes por necessidade, atenderam-me, e fiz a pergunta: “*está a afetar muito o Corona Vírus?*”. Onde me responde: “*nunca trabalhamos tanto como este ano, nunca vendemos tantos escarificadores como este ano.*” Portanto, dizer assim, quanto é que era necessário para pagar 50% da luz elétrica das empresas? Seriam oitocentos mil euros, ou novecentos? Se Mogadouro tiver mil e oitocentas empresas, se cada uma delas receber cinquenta euros, vinte ou trinta, mil e oitocentas vezes cinquenta, veja lá a ver.-----

----- Agora um comentário meu, se as empresas estiveram fechadas não gastaram luz, é lógico.-----

----- Agora reparem no seguinte, o concelho de Mogadouro, as empresas de Mogadouro, os cafés, os restaurantes adaptaram-se, fizeram *take-away*, provavelmente alguns deles recorreram ao *lay-off*, têm o direito de o fazer, que eu saiba quando tiveram autorização para abrir, e eu só tenho conhecimento de um que trabalhava muito com os alunos da escola secundária chama-se Via Dupla se não me engano. Todos os outros reabriram, estão a faturar, estão a trabalhar. Foi provado que aquilo que algumas Câmaras fizeram, de lavar, desinfetar as ruas, não era eficiente. A Direção Mundial de Saúde disse que não existia a necessidade de lavar as ruas como fizeram algumas Câmaras. Eu entendo perfeitamente que é necessário mostrar trabalho, a comissão política tem de o fazer, estamos a um ano e pouco das eleições, têm todo o direito de o fazer, agora não têm o direito moral nem cívico de vir aqui acusar numa Assembleia Municipal o senhor Presidente que não respondeu ao telefonema. Que lhe telefona e não lhe devolve a chamada. Vai-lhe devolver a chamada porquê? Se calhar nem tem o seu número nem sabe quem é. Faça as suas ligações pelas vias normais, têm o secretário. Houve muitas coisas que as Câmaras aqui do Concelho fizeram, uma delas foi a Câmara de Bragança e outra delas foi a Câmara de Mirandela que provaram que só gastaram dinheiro e não serviu para nada, tiveram casos e a nós com o trabalho excelente que fizeram todos, passou-nos ao lado.-----

----- Outro comentário, a água da piscina descoberta, penso eu, que é desinfetada com cloro, ou outros produtos à base de lixívia. Está provado cientificamente que a lixívia é um grande antisséptico para o Corona Vírus, portanto, se a piscina de Mogadouro abrir, que ainda não se sabe se vai abrir, se houver condições para abrir, pode abrir. Houve muitos sítios que abriram parques de campismo e agora já fecharam porque a situação complicou, o desconfinamento não foi tão simples como isso. Só mais uma coisa.-----

----- Senhor Presidente da comissão política do PSD, faça o seu trabalho,

tem todo o direito de o fazer, mas faça-o com alguma dignidade com carácter e com inteligência.”-----

**----- INTERVENÇÃO DO MEMBRO JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO: -----**

-----“Senhor deputado Manuel Varandas, se esteve com atenção o ofício que a comissão política enviou para o Presidente da Câmara foi dia vinte e três de março, o comunicado que o PSD enviou pelas caixas do correio foi há quinze dias.-----

----- Agora, falou das empresas, Mogaeuropa e o Pereira&Gomes, sim senhor, são duas empresas de relevo em Mogadouro, e então porque é que não têm direito no apoio pelo Município de Mogadouro. Por trabalharem? O apoio é para todas as empresas, agora essas duas empresas foram logo excluídas pela Câmara. Se existe um apoio para as microempresas, é para todas não é só para algumas. A visão do membro Manuel Varandas sobre as minhas intervenções são apenas de cariz partidário.-----

----- Lembro tempos do PREC-Período Revolucionário em Curso, não estamos no tempo da ditadura, estamos em tempo de liberdade.-----

----- Agora, a questão do senhor Presidente atender a chamada ou não, acho que é um dever. Tem o meu número de telefone, pois já houve vezes que me telefonou, mas às vezes pode haver uma necessidade e é estranho não atende os Presidentes de Junta e se for preciso o Manuel ou o António não tem nada com as Juntas e ele atende logo, e aos Presidentes de Junta não atende. O senhor Presidente só atende quem ele quer e quando ele quer e só responde quando quer.”-----

**----- INTERVENÇÃO DO MEMBRO MANUEL LUÍS VARANDAS:-**

-----“Só queria fazer uma pergunta profissional ao senhor deputado José Branco, senhor deputado é profissional de seguros diga-me só uma coisa: os seguros que caíram para pagar durante o mês de março até ontem, alguém os deixou de pagar?. Agora a pergunta é esta: muita gente deixou de os pagar, quem é que deve ser apoiado? Quem não foi capaz de pagar o seguro ou quem recebe o dinheiro do seguro?”-----

**----- RESPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES:-----**

----- “Antes de mais é sempre bom estarmos aqui na casa da democracia independentemente da opinião política, seja ela qual for, o mais importante é ressaltar aqui duas ou três situações e penso que são comuns a todos.-----

----- Primeiro, a intervenção do senhor professor Ilídio Granjo, e penso que todos nós corroboramos com aquilo que ele disse. Essa é a nossa obrigação, não só de reconhecimento, e ela foi sempre feita como podem verificar através dos nossos editais, através dos nossos comunicados, houve sempre a

preocupação de agradecer a todos. O reconhecimento a todos os trabalhadores, aos Profissionais de Saúde, à Guarda Nacional Republicana, à Proteção Civil de Mogadouro, aos Bombeiros Voluntários, à Cruz Vermelha Portuguesa e à população em geral, o esforço o sacrifício e o exemplo, e eu quero frisar isto, foi o exemplo e não só para o Norte, mas foi exemplo para o país. E esta é a nossa mensagem depois do trabalho que se tentou fazer pelo melhor lado e penso que foi conseguido, e conseguirmos ter hoje aqui a nível do distrito, duzentos e noventa e quatro casos, que era o resultado de ontem, o que equivale dizer que é um dia em Lisboa e Vale do Tejo. Quero dizer que estamos todos efetivamente de parabéns, porque soubemos acatar aquilo que foi pedido e acreditem que muitas das vezes, muito daquilo que se fez, foi com muita responsabilidade, mas também com a preocupação acima de tudo com o bem-estar de cada um de nós. É aqui que eu quero começar por dizer-lhe que, as suas palavras também são as minhas, e eu quero lembrar que efetivamente aquilo que o senhor aqui frisou é o sentimento que cada um de nós e efetivamente todos acabamos por ser agentes de saúde pública.-----

----- Agora começando a responder a algumas dessas questões, e não vou entrar em pormenores políticos nem vou tecer comentários aquilo que saiu aqui, quero desde já dizer, que algumas das situações que aqui foram levantadas vou generalizar e não vou entrar em pormenores para não haver aqui este frente-a-frente, daquilo que são opiniões e são sujeições em alguns casos.-----

----- Mas, senhor professor Ilídio, eu tive uma preocupação, aliás, que houvesse sempre essa preocupação de manter informado tudo aquilo era mais preocupante, que surgir-se de um momento para o outro, houve sempre a necessidade de dizer por email aos colegas do executivo com o conhecimento do senhor Presidente da Assembleia Municipal, daquilo que eram os casos que surgiram, como surgiram. Mogadouro teve um único caso, estamos a falar de um único caso dos três que acabaram por acontecer, temos um caso em Vila de Ala e os outros dois foram por razões óbvias, um deles no próprio hospital de Bragança e o outro infetado no IPO do Porto. Acho que devemos fazer um minuto de silêncio que o senhor propôs pelas vítimas entre as quais temos, não por essa razão, pela via Covid o nosso concidadão Toninho Parra, já faleceu entretanto, mas curado do Covid, mas infelizmente de outra situação menos boa. Infelizmente já ocorreu esse óbito, não contabiliza para os vinte e quatro que o distrito de Bragança tem até ao momento. O distrito tem vinte e quatro óbitos, ontem tivemos mais três casos, mas quase todos eles importados, um deles em Miranda do Douro e esta preocupação não deve ser só minha, mas sim de todos vós. O Governo prevê abrir as fronteiras dia um de julho, não é com os nossos concidadãos que estão no estrangeiro, que efetivamente querem vir ver a família, mas preocupa-nos muito aquilo que vai ser a vontade do país vizinho *Espanha*,

em quererem vir para Portugal. Está a ocorrer uma procura muito grande, eu sei disso, alguns dos nossos alojamentos locais estão a ser procurados por eles, quer dizer que estão ansiosos por entrar no nosso país e, portanto, devemos ter todo o cuidado, e a preocupação que a partir do dia um, podermos ter aqui efetivamente uma *volte-face* àquilo que foi o exemplo para o país e para a Norte. Como disse o próprio Governo na quarta-feira passada na visita que o senhor Secretário de Estado Coordenador do Covid para a região Norte transmitiu a todos nós, a mim pessoalmente como presidente da Comissão Distrital da Proteção Civil, aí sim, teve essa preocupação de me transmitir e eu já transmiti também na quarta-feira na reunião da Comissão Distrital da Proteção Civil, transmiti a todos os membros e a todos os Presidentes de Câmara, porque nós tivemos sempre essa preocupação. As nossas reuniões eram semanais, são semanais, todas as semanas reunimos às duas e meia da tarde de quarta-feira, isto enquanto se mantivesse o estado de calamidade, a partir do dia um, com o estado de alerta poderemos alterar este ciclo de reuniões mas convidamos sempre a estar presentes a ULS, a Direção Geral de Saúde, na saúde pública, neste caso distrital, também todos os Presidentes de Câmara, inclusivamente tivemos sempre o cuidado de ter a representante das IPSS's connosco, para que nos fossem transmitindo aquilo que era uma preocupação e todos esses convidados fizeram parte sempre das nossas reuniões e fazem parte das reuniões da Comissão Distrital. Foi uma situação nova, ninguém estava preparado, nunca ninguém tinha tido um caso como este, e, portanto, foi tudo novo, é tudo novo, se calhar tomamos posições que poderiam ter sido tomadas numa outra lógica, com uma outra medida, mas evidentemente, aquilo que é tomado de um momento para o outro, tem de ser tomado friamente e com coragem. Algumas das recomendações saídas da nossa Comissão Distrital foram ouvidas pelo Governo, isso foi bom. Uma delas foi logo o encerramento das fronteiras, o que foi para nós também de salutar e muitas outras que foram medidas/recomendações ao Governo e que tiveram efeito. Com isto tudo queria dizer o seguinte: senhor professor, eu sempre que havia informações importantes eu transmitia, e sempre que os editais e comunicados saíam eram para conhecimento dos meus membros do executivo, da Assembleia Municipal na pessoa do senhor Presidente, todos os senhores Presidentes de Junta, alguns abriam os emails logo e tinham essa atenção, os emails que eu enviava era para eles terem conhecimento da Lei que saía de um momento para o outro, porque elas alteravam a toda a hora e por isso também aqui quero agradecer aos senhores Presidentes de Junta a preocupação e o trabalho que fizeram ao longo destes três meses e meio, um agradecimento especial para eles porque foram o elo de ligação entre as populações e o Município. Penso que respondi ao senhor professor Ilídio na generalidade aquilo que é efetivamente não só o seu comentário, mas também dar aqui uma pequena informação, um pequeno resumo daquilo que foi o nosso

trabalho. Um trabalho que não foi fácil, nós nunca fechamos, encerramos os serviços a partir do dia onze de março, mas nunca deixamos de estar diariamente desde muito cedo até muito tarde, todos os dias da semana em reunião na Câmara com o meu gabinete de «*crise*», não era de crise, mas era o gabinete da Proteção Civil, reuníamos todos os dias a nossa Subcomissão de segunda-feira a domingo, sempre a nossa Subcomissão da Proteção Civil Municipal, todos os dias, e reuníamos uma vez por semana a Comissão Municipal, sempre à sexta-feira, hoje era o caso mas temos esta reunião, e portanto, não pude fazer a reunião, se durante a tarde tiver oportunidade ainda farei, é uma questão de agendar. Queria dizer com isto, que foi um trabalho, e tenho que agradecer a todos aqueles que colaboraram ao longo destes três meses, tiveram comigo diariamente, sempre preocupados em ajudar. Nós tivemos esse trabalho que foi feito em prol de todos e por isso um agradecimento especial a todos eles, e com isto respondendo também aquilo que foi efetivamente a resposta de muitas das coisas que a comissão política do PSD, através do seu email, estavam todas elas cá fora, só saíram com datas diferentes.-----

----- Membro José Branco, é o seguinte, o nosso comunicado do dia onze de março que encerra e cancela aquilo que está lá determinado, sai a onze porquê? Porque foi nesse dia que a Comissão Municipal da Proteção Civil reuniu, depois de ter reunido a Comunidade Intermunicipal e nessa reunião do dia onze nós decidimos cancelar todos os eventos. O nosso evento já estava programado, tinha início dia catorze e por isso a tenda já estava montada, só foi montada a tenda, se reparou, o interior a nível de divisórias já não foi montado, porque eu, a partir do momento em que ela é suspensa não fazia sentido estarmos ali gastar dinheiro com a instalação. Depois disponibilizamos esse espaço para que se houvesse necessidade de ocorrer um hospital campanha, teríamos ali um espaço que teríamos que o adaptar, mas a seguir tivemos outro problema, a empresa entrou em *lay-off* e por isso é que ela não foi retirada. A tenda foi paga no valor que estava assumido relativamente sobre a tenda, foi pago só a aluguer a montagem não, não fazia sentido e, portanto, essa fatura andou para a frente e para trás, mas como compreende o Município também tem que salvaguardar a sua posição e, portanto, foi assim que fizemos. Foi assim que foi feito, o valor não lhe posso dizer, mas é uma questão de ver no contrato. Disponibilizamos o espaço efetivamente para os profissionais de saúde. Instalamos na urgência básica um contentor, sendo o Município que está a suportar esses custos e muito bem, porque desde a primeira hora que o centro de saúde nos foi solicitando algumas coisas, e portanto, nós entendemos e desde essa primeira hora foi disponibilizado ao centro de saúde e também aos profissionais de saúde sempre que necessitassem teriam a nossa residência de estudantes à disposição. Ela ainda hoje está a ser usada por um médico e dois enfermeiros, salvo erro, eu tenho que perguntar sempre, porque entretanto as coisas

mudaram e já não temos tanta gente aqui no ativo, mas de qualquer maneira esse também é o nosso centro Covid, foi objeto de fiscalização e aprovação e ainda se mantém. Mogadouro mantém o centro Covid na residência de estudantes foi por isso que foi disponibilizada aos profissionais de saúde esse espaço, desinfetado. Sobre a desinfeção quero dizer-vos o seguinte: felizmente deram-nos razão a nós próprios, andaram a deitar cloro para o ar e afinal não foi a melhor medida, e a medida que nós tomámos foi efetivamente limpar espaços públicos, desinfetar os espaços públicos em Mogadouro, dentro daquilo que era a nossa área e Centro de Saúde também o fizemos e depois nas freguesias dentro daquilo que era o atendimento ao público, estamos a falar de espaços públicos. Nas ruas não o fizemos, e bem, pelos vistos era desaconselhado, iremos fazer agora uma segunda desinfeção estamos à espera que termine o período em que estamos, mas voltaremos às juntas de freguesia, logo que o procedimento esteja terminado. Quero dizer também que o critério que tivemos na distribuição de máscaras foi, e não foi só nas máscaras, foi em todo o equipamento, nós compramos equipamento desde o início e as máscaras só nos chegaram um mês e meio depois de pagas, as empresas só forneciam se pagássemos antecipadamente, foram adiando a entrega. No dia em que recebemos as máscaras, distribuímos cinco mil e duzentas para as instituições do concelho, às IPSS e aos lares privados, também tivemos essa preocupação, nunca deixamos de lado aquilo que são instituições privadas, também estavam no mesmo ciclo. E seis mil distribuímos ou fizemos essa distribuição através das juntas de freguesia, alertando os senhores Presidentes que não iam chegar e no email dizia que tivessem essa atenção de distribuir de forma a que os grupos mais vulneráveis fossem aqueles que de um momento para o outro precisassem e eles estivessem ali para disponibilizar, porque nós não tínhamos mais para dar. Portanto, foi assim que foram distribuídas pelas freguesias, uns fizeram de uma forma e outros de outra, claro que cada um estaria aflito, mas fizemos a distribuição desta forma. Os erros que se refere do panfleto, são erros que efetivamente não deviam ter acontecido, mas é um reparo, é sempre importante, devia era ter sido na hora e tinha-se evitado. Quando as outras dez mil máscaras chegaram fizemos aqui um trabalho de voltar a enviar para as instituições mais máscaras, inicialmente tivemos um critério de sete máscaras por trabalhador, por isso deu a quantidade que deu, tivemos que fazer regras senão uns recebiam mais e outros menos, e assim, tínhamos a certeza que cada trabalhador tinha aquele equipamento, estamos a falar em máscaras, mas houve muito mais equipamento que foi adquirido.-----  
----- Em Mogadouro como não foi possível inicialmente fazer essa distribuição, houve um grupo de voluntários, salvo erro oito funcionários do Município, e que se voluntariaram, eles próprios fizeram a entrega nas casas, ou seja, em vez de andarmos a pedir aos CTT que as enviassem. Foi-lhe pedido para terem atenção ao número de pessoas do agregado familiar, ora

se as pessoas não estavam batendo à porta, deixavam só um kit. Foi essa a explicação que me deram depois de ocorrerem essas queixas, porque não é intenção do Município deixar as pessoas sem máscara, sem ter aquele equipamento que de um momento para o outro vinha a ser obrigatório em alguns casos. Esta foi a nossa intenção e foi aquilo que seguimos, algumas ainda temos hoje, claro que não íamos distribuir a totalidade e nunca mais se comprou desse equipamento e agora estamos a tentar ver máscaras sociais, aquilo que é recomendado e que sejam certificadas, porque como perceberam no início ocorreu um aproveitamento das empresas para a distribuição de máscaras, e nós pagamos muito dinheiro por máscaras. As primeiras foram compradas no concelho, é evidente que a preços muito elevados, mas a nossa preocupação foi enviar para os profissionais de saúde que estavam a prestar serviço. Máscaras reutilizáveis foram as primeiras que conseguimos porque de resto não se conseguia nada. Viseiras, houve uma empresa do Porto que nos ofereceu cinquenta, nós fomos buscá-las e oferecemo-las todas aos profissionais de saúde, toda essa preocupação foi tida em conta, não só àqueles que estavam na linha da frente para poderem socorrer-nos, mas também para se protegerem a eles próprios, que era essa a nossa preocupação. Aliás, o senhor comandante dos bombeiros deve estar aí, ele que faz parte da nossa Subcomissão e sabe como era este trabalho feito e que isto que eu estou a dizer está tudo por escrito, aliás, a distribuição foi feita por nós próprios, pela Proteção Civil. E nessa sequência dizer-vos que, foi feito um trabalho aqui, por um trabalhador que se voluntariou desde o início para fazer a distribuição de alimentos, medicamentos, receituário, este agradecimento tem de ser feito porque efetivamente esse trabalhador foi incansável, não teve medo de nada, protegendo-se mas fez esse trabalho voluntariamente e diariamente estava à disposição, efetivamente a nossa população e os senhores Presidentes de Junta alguns tiveram essa preocupação de fazer um relatório daquilo que era necessário e depois ele entregava na sede da junta e entretanto era distribuído, esse trabalho ainda se mantém, se nos pedem o trabalhador ainda o faz, ele é o senhor Diamantino Delgado, ele ainda faz esse trabalho, se houver necessidade o balcão móvel como sabem ainda está parado, nós fazemos o atendimento ainda na Câmara Municipal, mas pronto, esse trabalho ainda se mantém e sempre que é necessário, o trabalhador em causa faz a distribuição quando lhe é pedido.--  
----- A Sogrape, mais uma vez a Sogrape, nós tivemos que fazer uma adenda ao contrato, existiam uma coisas que efetivamente a Sogrape nos pediu, foi feita essa adenda e já foi liquidado. Agora tenho a certeza que já foi liquidado, a quantia em causa, faz pouco tempo é certo, mas eles tiveram esta dificuldade com o Covid mas de qualquer maneira já está pago.-----  
----- Sobre o local para os grupos parlamentares, eu pensei que o assunto estava resolvido, fiquei consciente de que a partir do momento em que foi encarregado um trabalhador da Câmara para fazer o serviço, a partir daí

estava tudo estabelecido. Efetivamente, sou surpreendido esta semana que ainda não tinha sido entregue a chave, também fruto deste tempo que vivemos, penso que as chaves já estarão lá para serem entregues, entretanto existe um canhão que tem a chave grande e houve a necessidade de alterar para terem as chaves e ter o cuidado ao entrar e sair, desligar e ligar o alarme. Relativamente aos computadores eu não sei se já lá estão ou não, a nível da informática eles já tinham essa indicação para o fazer. Lamento que não tenha sido dada, porque a partir do dia vinte e um de fevereiro, efetivamente, esse assunto tinha ficado resolvido.-----

----- Os computadores, é sempre a velha história dos computadores e de alguns comentários que têm sido tecidos em relação a esta questão, mas eu quero com isto dizer o seguinte: as casas em Mogadouro foram consultadas, eles não tinham condições de nos fornecer computadores, a não ser uns reciclados, e nós não queríamos reciclados nem queríamos iPad. Nós queríamos computadores que servissem não só para agora, mas para futuro. Nós já percebemos que efetivamente o que poderá acontecer é prolongar-se este estado, quer dizer que embora estejam a pensar reabrir as escolas presencialmente, quer dizer que pode haver um *volte-face*, e voltarmos à mesma história, então adquirimos efetivamente computadores dentro daquilo que era a nossa preocupação. Os computadores começaram a chegar dentro do prazo e começaram a ser distribuídos, o único problema que tivemos foi com a distribuição dos routers e das pens a nível de rede de internet, e porquê, em algumas aldeias não podíamos ter ALTICE, tínhamos que ter NÓS, a MEO ou a VODAFONE, no entanto houve aqui uma necessidade de fazer um levantamento e atrasou um bocadinho, mas a empresa felizmente, e muito conseguimos nós, porque foi em tempo record, já distribuimos sessenta e sete computadores que o Município tinha e distribuimo-los logo, depois aqueles que chegaram. Entretanto conseguimos ter pelo menos para disponibilizar a todos os nossos jovens, porque havia famílias que inclusivamente tinham disponibilidade, tinham um computador, mas tinham dois filhos, e, portanto, compreendemos. Ainda ontem, quando chegava a Mogadouro ao final da noite, depois de duas reuniões com a CIM-TTM e com a Associação de Municípios, recebi um telefonema, dizendo que afinal muita coisa do que se diz não é verdade, a verdade não é a mesma, afinal Mogadouro esteve sempre muito à frente naquilo que foi, os nossos alunos tiveram sempre atividades, tiveram disponibilidade de equipamento e noutros concelhos ainda nem aulas tiveram. Ontem alguém que percorre o distrito me ligava a dizer isto, porque afinal os nossos alunos não só na atividade curricular, mas também na extracurricular tiveram sempre atividade, e por isso os computadores felizmente que chegaram, e chegaram a tempos de conseguirem fazer aquilo que tinham a fazer. Dentro daquilo que era a disponibilidade, agora também querem ver se nós associamos aqui a possibilidade de comprar equipamento, havendo aqui recurso a um fundo

7/2/20  
→

comunitário, mas nós não queremos porque queremos que o Governo assuma essa responsabilidade senão vem para cima dos Municípios, como é habitual, a responsabilidade das garantias, reparações. Ainda estamos a tentar negociar. Ontem fizemos essa reunião precisamente um dos pontos era a questão do ensino à distância.-----

----- Em relação ao gás natural, continuamos aguardar, nós em março enviamos a proposta à SONORGÁS, eles só em maio é que nos responderam com uma contra proposta de valores. Entretanto, nós fizemos uma segunda contraproposta, aguardamos o desenrolar da situação para podermos de uma vez por todas trazer ao Executivo e à Assembleia a proposta de acordo ou protocolo com a SONORGÁS para podermos ter o gás natural em Mogadouro uma vez que ainda temos contrato com a rede de gás, a DOUROGÁS. Em conjunto estão a ser feitas as duas coisas, a cessação do contrato existente e o novo protocolo com a SONORGÁS. Muito daquilo que nós podemos fazer, implementar foi feito, eu sei que muita gente gostaria de ver mais alargado o leque em relação àquilo que é o fundo de emergência municipal. O fundo municipal de emergência foi criado com base naquilo que é o dinheiro disponível que o Município tinha. Neste momento, isto que fique aqui bem claro, o Município neste momento tem assumido compromissos de muito valor, e portanto nós não temos fundos disponíveis como queríamos e como desejávamos, porque, as grandes obras estão agora em fase final e outras a aguardar visto, e está comprometido o dinheiro e nós não podemos disponibilizar o mesmo, ou seja, dentro daquilo que é Festival da Terra Transmontana, Red Burros, Encontro de Anciãos, conseguimos arranjar estes duzentos mil euros que estavam cabimentados para a organização desses três eventos. Foi com base neste valor, e não era o valor que eu queria, não vou mentir, mentir seria mau da minha parte, eu queria muito mais, mas aliás, tenho testemunhas aqui ao meu lado que inicialmente queríamos alargar o leque para mais, mas como efetivamente não tinha dinheiro, nem fundos disponíveis não houve essa possibilidade, e daí criamos e pensámos nas empresas que obrigatoriamente tiveram que encerrar. Empresas sejam em nome individual, ou seja, em nome coletivo que obrigatoriamente a lei obrigou que fechassem, e essas sim, têm que ser apoiadas e mesmo assim algumas ainda não reabriram. Neste momento em Mogadouro temos pelo menos três casos, uma que ainda não reabriu, outra que já encerrou e outra que não vai mais abrir, vai fechar a sua atividade, porque não se conseguem aguentar o pagamento das despesas mensais. De qualquer maneira foi a pensar nessas empresas, aliás, é o que consta do despacho. O que consta é efetivamente é que ajudando as empresas em resultado da obrigatoriedade e do Covid, tiveram que encerrar. E por isso, essas sim continuaram a ter alguns pagamentos, como rendas, enfim. A média, como é claro temos um limite de quatrocentos e cinquenta euros, nós tínhamos perspectiva de atingir cerca de seiscentas empresas, e, quatrocentas

com o rendimento até vinte mil euros e mais cerca de duzentas até oitenta mil euros, eram os dados que tínhamos. Neste momento são seiscentas empresas que poderão efetivamente estar em jogo, e daí termos que ter um limite por empresa e o limite do fundo, ou seja, imaginem que entretanto acabou-se o dinheiro do fundo e eu depois não tenho mais disponível, e por isso é um fundo que está ali criado, existe uma grande quantidade de empresas a pedir, a fórmula também foi retificada, não sei se vos chegou às mãos, efetivamente a fórmula continha erros e por isso foi retificada, sem problema nenhum quando se dá por ela as coisas têm de ser retificadas e assumir que efetivamente ocorreu um lapso naquilo que era a fórmula e foi feita essa declaração de retificação ao meu despacho com a data de nove de junho, e portanto, é essa que está em vigor. Em relação ao volume de negócio e ao número de postos de trabalho, porque estava o inverso e quando demos por ela, efetivamente, uma empresa com um trabalhador com o volume de negócios inferior a vinte mil euros, consegue pelo menos trezentos e trinta euros de apoio, é o mínimo que vamos atribuir. Uma empresa com um trabalhador e com o volume de negócios até vinte mil euro acaba por conseguir aqui o apoio de trezentos e trinta euros, gostaríamos que fosse mais, mas é o apoio possível. O Município tem compromisso com as obras que estão a decorrer, algumas não têm financiamento e portanto essas saem do bolo próprio, temos que ter em consideração isso, e dizer aqui o seguinte, alguns pedidos que os senhores Presidentes de Junta têm para apoio financeiro em algumas obras este momento estão pendentes porque não existem fundos disponíveis, logo que haja fundos disponíveis evidentemente iremos prosseguir de acordo com aquilo que é o pedido deles e com a disponibilidade financeira que o Município tem. Os pedidos estão a aguardar fundos disponíveis para podermos ajudar as juntas de freguesia, fica esclarecido o porquê de estarem parados, porque efetivamente neste fluxo de grandes obras que estão a decorrer, aquelas que estão a aguardar visto são duas, é a cantina o refeitório escolar e o EPVARA, para essas o dinheiro tem de estar cabimentado, está cativo, nesta semana levamos a reunião de Câmara o adiantamento do duodécimo mês de dezembro deste ano para podermos ter mais fundos disponíveis e conseguir avançar. A ajuda às juntas de freguesias é sempre bem-vinda porque têm alguns pedidos e algumas obras a decorrer e por isso fica aqui já este esclarecimento.-----  
----- Durante a próxima semana alguns irão receber a visita dos técnicos. -  
----- Azinhoso, penso eu, irá receber a visita do técnico, irão passar lá a partir de segunda-feira, irão contactar os Presidentes para verificarem os valores que estão a pedir, para perceberem também a nossa disponibilidade e para depois não existirem grandes fundos, para não se meterem em grandes funduras.-----  
----- Dizer ao José Branco o seguinte, para que fique esclarecido, as férias em movimento foi determinação também da CIM-TTM na semana passada.

Quanto às piscinas descobertas vou dizer o seguinte: quer piscinas, quer parques, cada Município ficou à sua disponibilidade de abrirem ou não. Foi assim determinado, aliás, existe um comunicado da CIM-TTM sobre esse assunto, e com base nesse comunicado é que nós fizemos ou não, vamos abrir ou não, neste momento os planos de contingência estão feitos, ponderamos as duas situações, mas se não houverem condições, segurança, num ou em outro lugar, eles não abrem. De qualquer maneira temos que nos preparar, porque, como sabeis, nadadores salvadores não temos, temos que fazer contratação, segurança também. Em conjunto com a Direção Geral de Saúde, foi-me dito que em relação ao plano de contingência que nós tínhamos preparado e relativamente à água onde os banhistas vão tomar banho, não existe problema nenhum, pelo contrário, como ela é tratada com cloro não existe risco. Tudo aquilo que foi feito, está projetado no nosso plano de contingência, eles concordaram, não vão existir cadeiras, não existem guarda-sóis, efetivamente as pessoas se quiserem ir passar uma manhã ou uma tarde, porque também temos períodos, para perceber que no plano de contingência não vamos permitir que as pessoas estejam de manhã até à noite, tem de haver desinfecção, higienização e temos uma quantidade de gente que se vai disponibilizar para estar a acompanhar todos os utilizadores das piscinas e no parque de campismo a mesma coisa. Sendo que os parques estão a começar a dar problemas, nós já estamos com algum receio do que possa vir acontecer. Algumas piscinas no nosso distrito já abriram, Mirandela tem aberto o parque de campismo e as piscinas, Bragança também já tem as piscinas abertas e parques de campismo particulares, mas para perceberem que foi um acordo que fizemos, não é fácil. Nós tínhamos tudo preparado, efetivamente os nossos professores tinham preparado toda a atividade de férias de verão. Elas estão preparadas, e tivemos que as cancelar há dois ou três dias atrás, porque efetivamente depois de reunirmos, entre os nove percebemos que tínhamos que ter muito cuidado com esta atividade, por isso, decidiu-se por unanimidade não fazer as férias de verão nos nove concelhos, não tem a ver com a Proteção Civil Distrital, mas sim com a CIM-TTM. Em relação às piscinas, se estiverem reunidas condições, a nível da água sabemos que sim, porque foi-me dito pela própria Direção Geral da Saúde, eles têm sido exemplares, têm-nos ajudado muito naquilo que nós pedimos, eles estão sempre disponíveis, aliás, eles vão fazer agora um inquérito pela restauração, lares, para começarem a ter algumas recomendações para aquilo que esteja a correr menos bem, ou para melhorar. No distrito também o vão fazer, para que haja esta colaboração de todas as partes. Portanto, em relação a esta questão, eis o que tenho que transmitir: aquilo que fizemos, fizemo-lo em prol de todos, não pensem que foi em prol de alguns. Não é fácil gerir situações como esta. Por exemplo a situação da água, estamos desde março sem receber, seriam cerca de setenta mil euros, é uma ajuda grande para cada um dos consumidores, mas também é um

prejuízo grande para a Câmara, estamos a falar em quatro meses em que não cobramos água. Neste momento a empresa está a fazer o levantamento da contagem, irá sair uma fatura com os valores do contador, mas o total a zero, pagamento a zero, para podermos a partir de agora começar a faturar e que as pessoas moderem um bocadinho, porque efetivamente no momento em que estão sem pagar, estão a aproveitar-se e não devia acontecer, regar quintais, regar olivais em modo de gota-a-gota, é muito triste quando se vê uma situação destas e, portanto, paga o justo pelo pecador. Em alguns casos vamos fiscalizar pela noite, porque são situações que estão a acontecer durante a noite, e essa água é paga, nós temos de pagar e somos todos nós que assumimos.-----

----- De modo global, falta a questão dos painéis, mas os painéis eu conheço bem a lei, a única coisa que a lei diz é: “*desde que não mexa com a visibilidade*”, é só isso não é mais nada. Pelos vistos não é só em Mogadouro, em todos os lados é a mesma situação.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:**-----

-----“Aproveitava a sequência do senhor Presidente de Câmara, para abordar dois assuntos, acho que têm interesse, não para retirar ou para querer qualquer protagonismo, eu sou mais “*faz o bem e não olhes a quem*”.-----

----- Nós no início, em março, fizemos uma proposta. A mesa fez uma proposta ao senhor Presidente de Câmara, para adquirir máscaras. Visto que a sessão não foi realizada, o dinheiro poderia ir nesse sentido. O senhor Presidente foi recetivo e disse-nos que a Câmara já tinha feito os contactos para adquirir as máscaras, que estavam à espera da autorização da CIM-TTM e, portanto, iria ocorrer um gasto muito grande, e que não haveria necessidade de sobrepor orçamento sobre orçamento. Foi uma das intenções que nós tivemos.-----

----- Em relação aos computadores o senhor Presidente estava a dizer e muito bem, os alunos do nosso agrupamento tiveram e têm direito a computador e muitos a internet, algo que não se verificou em muitos concelhos. Desde o início, o Gabinete da Educação e a parte da Educação funcionaram excecionalmente, portanto, os meus parabéns por este interesse não particular, mas geral. O ensino à distância funcionou para quem o quis, houve gente que não usufruiu dele porque não tinha condições ou não conseguia. Estão a pedir os computadores para entrega até dia treze de julho, segundo as ordens que eu recebi, portanto, eu acho que isso não é bom, na minha opinião não é bom. Tendo em atenção a pandemia até se vai estender, digamos que este contexto não será brevemente limpo, e depois recebendo computadores de várias casas, em várias situações, não acho bem que se tragam os computadores para depois levar novamente. Ou seja, depois tem

de ser feita a receção dos computadores de várias casas, várias situações familiares, vários contextos, esta é a minha opinião.”-----

**----- RESPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES:-----**

-----“Está no auto da entrega, o Agrupamento de Escolas colocou a data limite para entrega. O equipamento é do Município e o equipamento que a escola disponibilizou é do Agrupamento de Escolas, eles tiveram essa preocupação de ter a responsabilização de poder entregar senão depois também, como compreendem, não seria muito agradável, depois o equipamento nunca mais aparece.”-----

**----- INTERVENÇÃO DO MEMBRO ILÍDIO GRANJO VAZ: -----**

-----“É apenas para clarificar alguma dúvida que persistiu, se é que existe, na minha perspetiva acho que nem existe.”-----

----- Eu quando me referi às regras de orientação da Organização Mundial de Saúde da Direção Geral de Saúde, das Autarquias, é evidente que se entende que a Autarquia somos todos nós, portanto, o Executivo tem sete elementos, quatro a tempo inteiro e três são na mesma vereadores, estão no Executivo e até estão aqui, a Assembleia Municipal é constituída pelos membros eleitos dentro dos quais figuram os Presidentes de Junta, portanto, também são Autarquia. Não me esqueci dos Presidentes de Junta, e mesmo assim acho que somos poucos para tentar parar esta estirpe Covid\_19, neste momento como sabem já está quase em propagação acelerada, e já está a começar a remar novamente a norte, espero que fiquemos por aqui e não é mau. É evidente que a teia que foi necessária montar é da responsabilidade do Município, tanto mais que, beneficiamos do facto do senhor Presidente da Câmara ser também Presidente da Comissão da Proteção Civil Distrital e isso também nos ajuda e robustece para a resolução de alguns problemas, mesmo aqui a nível local. Eu como cidadão agradeço o empenho.”-----

**----- INTERVENÇÃO DO MEMBRO JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO: -----**

-----“Senhor Presidente dou-lhe os parabéns pela brilhante intervenção de respostas, acho que foi a única reunião em que deu mais respostas.”-----

----- Senhor Presidente, faltou uma que não deu, e acho que está na banda para sair, é a questão das águas Resíduos do Nordeste. Queria saber qual é o ponto de situação. Vi a intervenção do Hernâni Dias nesta semana, e diz que já tinha a aprovação de todas as Câmaras, e acho que ainda não veio aqui à Assembleia de Mogadouro. Nós demos oportunidade ao senhor Presidente para negociar, depois aprovávamos ou não a entrada nos resíduos, são questões diferentes. Vou buscar a ata, salvo erro é de dois mil e dezasseis.--

----- Outra situação, para o senhor Presidente e para o senhor Manuel

Varandas, o senhor que está atento vá aos Facebooks, ou senão alguém que lhe diga, reveja, há algum tempo atrás esteve aqui o Ministro, quando foi o Conselho de Ministros em Bragança, esteve em Mogadouro o Ministro do Mar, e um dos pedidos que o senhor Presidente fez ao Ministro do Mar foi o regadio para o concelho de Mogadouro, uma proposta do PSD. Uma proposta do Presidente da Câmara foi o regadio, já nós tivemos (*eu, o Presidente da Assembleia, a Carla, e o Ilídio Granjo*), na CIM-TTM e nós os quatro defendemos a questão do regadio para o Planalto Mirandês.-----  
----- Outra das propostas que o senhor Presidente da Câmara pediu ao Ministro foi a redução do preço da eletricidade para o concelho de Mogadouro, é para ver que nós não estamos numa situação muito diferente, não pode dizer que é o PSD que quer, porque, o senhor Presidente pediu ao Ministro do Mar aqui nesta sala.-----  
----- Só peço que se veja o assunto das águas.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO MANUEL LUÍS VARANDAS:-**

-----“É evidente que sou defensor do regadio, aliás, se continuar a evoluir o tempo de secas prolongadas, com as alterações climáticas é evidente que sendo Mogadouro um concelho essencialmente agrícola, é lógico que tenha a possibilidade de ter regadio, como tem Alfândega da Fé e outros. Não sou contra isso. Na altura aquilo que eu disse foi: “*como é possível a Câmara ter dinheiro para montar um sistema de regadio no Planalto Mirandês*”, foi só isso. Eu acho muito bem que o senhor Presidente vá reivindicar o regadio para o Planalto, certo, da mesma forma que provavelmente os partidos deviam exigir do Governo Central, por exemplo, que o IVA da eletricidade no interior fosse reduzido, e estou perfeitamente de acordo. Nós sabemos que o preço da energia elétrica é demasiado cara, agora o Município de Mogadouro não tem hipótese de gastar milhões para pagar 50% da luz das empresas, porque existem aquelas que precisam e existem aquelas que não precisam. Se se conseguir por intermédio dos dois partidos mais significativos, deputados da Assembleia e governos que alternam, o PS e o PSD têm alternado, se conseguirem que o IVA da luz elétrica para as empresas no interior seja inferior, perfeitamente de acordo. Eu não concordo que o IVA seja reduzido só para quem tem taxa mínima de potência. Eu defendia que o nosso polo industrial, até para desenvolver, seria bom a redução do IVA mas a nível nacional, porque a Câmara não tem possibilidades disso.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO FRANCISCO JOSÉ TELO AFONSO:-**-----

-----“Tenho uma questão para o senhor Presidente de Câmara em relação ao Covid\_19, portanto, em Paradela temos lá um polidesportivo, eu passo todos os dias na parte de trás e vejo que o de Mogadouro continua fechado.

Questionaram-me se é para estar fechado ou se é para estar aberto?-----

----- Em relação ao regadio, nem sei se posso falar alguma coisa, eu fui ao Encontro de Técnicos da CONFAGRI no final de janeiro, salvo erro, eu o eng. Acácio Cordeiro e a Rute Pacheco, e no intervalo da manhã tive oportunidade de questionar o Presidente do IFAP sobre a diferenciação das ajudas do regadio e do sequeiro, uma vez que ia arrancar o novo quadro comunitário que não deveria haver diferenciação de ajudas do regadio para o sequeiro, porque a diferença de produção já vai beneficiar o agricultor. E, entretanto, o que ele me disse foi que Mogadouro tinha um projeto de regadio no IFAP, e que tinha sido a Câmara a inseri-lo. Não sei se o senhor Presidente se pode pronunciar em relação ao assunto.-----

----- Expus outra situação da qual não concordo, estarmos a fazer regadio, claro que não temos outra forma de o fazer, e é a forma de talvez de ser feito, é explorar com furos artesianos o subsolo, mas não concordo, estar a degradar e a inutilizar água que nós temos no subsolo, sabendo que nos vai fazer falta água potável para o futuro.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO CARLA ALEXANDRA REIS LOUSÃO:**-----

-----“Serei breve porque já vamos com um tempo longo, já temos um período longo antes da ordem do dia e nós temos uma agenda um bocadinho longa ainda em termos de trabalho, mas só deixar aqui duas ou três notas daquilo que me vai na alma.-----

----- Em primeiro lugar congratular o senhor Presidente da Câmara e o Executivo pela forma como fizeram a condução deste processo ao longo da pandemia. Deixar também uma nota positiva na dinâmica das redes sociais do Município nomeadamente no Facebook, começaram a ser divulgadas atividades, no caso do conto, o caso dos vídeos, o caso de informação que foi dada à população, é uma nota positiva ter ocorrido essa evolução. As apresentações são mais dinâmicas mais clean, mais apelativas. E no meio desta pandemia, existe uma coisa que me faz pensar, porque devemos utilizar esta situação em termos de pandemia para refletirmos, e uma das coisas que a mim me faz refletir, ou me fez refletir foi, no final qual será o futuro da nossa região, e isto porquê, em plena pandemia eu tive necessidade, por questões profissionais de me deslocar, vim a Mogadouro, fui a Macedo de Cavaleiros e o que é que eu vi, vi as ruas desertas. E às vezes, se calhar, temos de parar e pensar um bocadinho mais à frente, o que poderá acontecer em termos da região, realmente estamos em época de reflexão, estamos em época de readaptação, porque temos que nos readaptar, as coisas dificilmente voltarão a ser como eram, nós claramente no Município ou num concelho dotado essencialmente da agricultura temos que trabalhar não só a questão do regadio, fazer a mitigação em termos das alterações climáticas e a adaptação das culturas como também sabermo-nos posicionar em termos da

colocação do mercado na questão dos produtos locais. Temos exemplos aqui em Mogadouro que realmente houve pequenos produtores que conseguiram dar a volta, conseguiram a tal readaptação, conseguiram criar o seu próprio circuito curto de comercialização, enquanto outros não têm tantas capacidades e realmente é necessário que haja aqui um apoio, não só das Juntas de Freguesia como também do Município. Recordo-me de ver uma notícia na comunicação social a informar que Mogadouro teria uma plataforma de comercialização de produtos, salvo erro, do que me recorda de ler, abrangeria aqui produtos industriais, produtos agrícolas e produtos endógenos. Eu gostaria, se fosse possível, que o senhor Presidente nos falasse do ponto de situação do desenvolvimento dessa plataforma, em termos da comercialização, porque, entretanto, tivemos alguns produtores que já nos questionaram como é que podem aderir a essa plataforma. Em jeito de brincadeira, até pode ficar de slogan para a própria plataforma, se ela funcionar como uma espécie da AMAZON para o concelho de Mogadouro.-

----- Dizer também que o que me parece mais importante é trabalhar em rede, e não é saber se a ideia foi de A ou se foi de B, o importante é trabalhar em rede e esta rede tem de abranger pessoas e instituições. Os cidadãos têm que trabalhar com base da cidadania, tem que existir a rede entre o Município, entre as Juntas de Freguesias e entre as IPSS, e só assim se poderá dar um passo para a frente.-----

----- Ainda durante a pandemia eu tive a oportunidade de participar num ciclo de conferências proporcionados pela rede ATUAR, que trabalha os sistemas alimentares locais e numa das conferências foi dedicada exatamente “qual o papel dos Municípios para a promoção e a valorização dos produtos”, e durante essas conferências haviam várias instituições e Municípios, dois desses Municípios foram dar o seu feedback, eles trabalharam na questão da rede, importância de comunicar e educar a população para os produtos locais, para valorizar o que é local.-----

----- Terminou dizendo o seguinte: cooperar é preciso!”-----

----- **RESPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES:**-----

-----“Uma das considerações é bastante importante e efetivamente passei, mas não foi com intenção.-----

----- Falar sobre a questão da água, sobre os Resíduos do Nordeste e sobre a informação que o senhor Presidente do Conselho de Administração da Resíduos do Nordeste deu publicamente sobre esta questão. Isto vêm-se arrastando, porque nós já aprovamos adesão às águas para a empresa Resíduos do Nordeste. Só em Assembleia é que foi possível aprovar para podermos alterar o estatuto da Resíduos do Nordeste. De qualquer maneira queria dizer-vos o seguinte: isto não tem tido grandes desenvolvimentos, entretanto o Secretário de Estado também mudou, mas o despacho nº38-

SANB/2018 de 29 de agosto, criou um relatório, criou um grupo de trabalho para fazer o estudo daquilo que nós pretendíamos, aqui a nível da Resíduos do Nordeste e da integração das águas dos Municípios. Este grupo de trabalho apresentou o seu relatório final, entretanto saiu o Secretário de Estado e voltou novamente o assunto à baila, e depois tivemos posteriormente uma reunião com o senhor Ministro do Ambiente a vinte de janeiro deste ano sobre a agregação dos sistemas de água e saneamentos municipais. Não tem sido um processo fácil porque continuamos sempre na mesma, aliás, dos Municípios que fazem parte as Águas do Norte e continuo a dizer que Mogadouro não faz parte, Miranda do Douro e Vimioso também não têm adesão nas Águas do Norte, portanto, esta situação tem que ser tida em conta, sendo que eles só nos querem dar a baixa e nós queremos alta e baixa. Tem sido um desafio lançado há imenso tempo, para podermos de uma vez por todas decidir se iremos aderir ou não, e para isso haverá um contrato de gestão delegada, ainda não veio porque não foi aprovado por parte da Resíduos, portanto estamos a aguardar, uma vez que o senhor Ministro deu-nos várias hipóteses nessa reunião de vinte de janeiro.-----

----- Uma delas era fazer uma parceria de verticalização com as Águas do Norte, ao qual depois de verificada e estudada aquela parceria, nós entendemos que não. Acabávamos por continuar a ser mandados pelas Águas, e isso não é aquilo que nós pretendemos. Cinquenta por cento mais um já perceberam quem tinha a maioria e os Municípios continuavam na mesma, não era isso que queríamos, nós queremos através da Resíduos do Norte que é uma empresa Intermunicipal, portanto, se é uma empresa já dos Municípios ela pode efetivamente gerir de acordo com o que está estabelecido porque existem Municípios que cobram a água a valores baixos e outros que já estão e já se aproximam e já cobram aquilo que a entidade reguladora o determina, ou seja, existe uma disparidade, nós não podemos aumentar a água no nosso concelho de quinhentos por cento de um dia para o outro. Temos que ir gradualmente aumentando a água de acordo com aquilo que irá ser uma tarifa única na Resíduos do Norte, ou seja, depois englobar uma tarifa que seja para os outros concelhos igual, mas para isso tem que ser feito aqui esta desafetação daqueles que fazem parte da Águas do Norte e daqueles que não fazem parte. Nós continuamos a não fazer parte das Águas do Norte, enquanto nada vier em contrário, portanto, há uma adesão, mas nunca foi paga a quota e, portanto, Mogadouro não está nas Águas do Norte, estou sempre a lembrar isto aos nossos governantes. Para além disso, era sair das Águas do Norte pagando o investimento que foi feito e aí os Municípios que têm investimento feito pelas Águas do Norte, estão a ver o filme, envolve milhões de euros.-----

----- Outra seria a verticalização pagando a saída, dando aqui esta hipótese e mantendo o sistema multimunicipal, integrar só a baixa, ou seja, a alta mantinha-se por parte das Águas do Norte, e não é isso que nós queremos,

Jud  
A

aliás, Mogadouro, Miranda do Douro e Vimioso querem alta e baixa, outros Municípios querem também alta e baixa, mas Mogadouro quer que seja feito desta forma. O Presidente da Câmara de Bragança já disse, possivelmente tem outras informações que não transmitiu, o que é mau, não tivemos reunião da Resíduos do Norte e por isso o que ele disse agora é que estaria na eminência de podermos fazer o contrato de gestão delegado, o que quer dizer que só fazemos esse contrato se for aprovado aqui, esse contrato é que vai ter de vir para aprovação da Assembleia, portanto, até setembro certamente vamos ter desenvolvimentos sobre o assunto. Sempre salvaguardando aquilo que é o investimento que o Município tem, o investimento público que já fez e aquele que pretende fazer. Continuamos aqui pendentes de aprovação de projetos porque nós não somos uma empresa intermunicipal, somos um Município e neste momento os valores que haveria para nos podermos candidatar a possibilidade de termos a possibilidade de irmos buscar a água a Bemposta para podermos fazer o tratamento num só lugar, neste momento não nos vão aprovar essa candidatura, era cerca de quatro milhões e meio, mas teve de se reduzir para podermos ter a questão da água resolvida em Mogadouro. Tendo só um sítio para se fazer o tratamento também se reduzem os custos e depois uma estação elevatória no alto do Variz onde ele com a gravidade era distribuído para a zona nascente. Depois de nós termos aprovado essa adesão, o que quer dizer que ainda não aprovamos o contrato. O contrato há de ser aprovado mediante regras que ainda não estão definidas.-----

----- O grupo de trabalho apresentou, mas sabem perfeitamente que é uma das nossas preocupações, não pode ser aumentado nos concelhos o valor de quase 500% no caso de Mogadouro, para chegarmos à mesma tarifa que Bragança cobra. Tem que existir este cuidado e é por isso que ainda não está nada decidido, o Estado tem estado sempre a querer que dentro desta gestão fiquem as Águas do Norte e nós queremos sair. Como já fizeram no Douro, as Águas do Douro Interior, ou seja, aqui no Douro também já se criou uma empresa, já está a funcionar, mas que também já percebemos que ainda têm muitos problemas para resolver porque existiam uma série de Municípios que tinham as Águas do Norte e, portanto, é preciso depois amortizar o valor dos custos. Em relação à água nós estamos nesta situação, não atam nem desatam em relação a Mogadouro, não conseguimos perceber se estamos ou não estamos, nós sabemos que não estamos, mas eles continuam a dizer que estamos, e, portanto, este é um problema, e nós não queríamos que ele se mantivesse por muito mais tempo. Aprovamos em Assembleia o estudo de viabilidade económica e financeira e a alteração dos estatutos. Da Assembleia veio a autorização para aderimos à Resíduos do Norte, agora o contrato de gestão delegada só vai vir quando estiver tudo pronto. Neste momento podemos ter uma Câmara que pode não aderir, e a nós faz-nos um bocado de diferença, Bragança pode eventualmente, de um momento para o

outro, dizer que não adere, e essa situação altera os valores, nós temos de contar com Bragança para que a tarifa baixe. O melhor é a gestão delegada da intermunicipal da Resíduos do Nordeste, ou seja, esse contrato é que ainda não veio, estamos à espera do Governo para que seja possível enviar para cada um dos Municípios que querem integrar a empresa que já é nossa, a empresa intermunicipal já é nossa, não é de mais ninguém. Nós queremos alta e baixa e de uma vez por todas sair das águas que nunca estivemos, manterei sempre essa posição, sempre defendendo os nossos interesses e o investimento. Nós fizemos uma visita às águas do Ribatejo, é dentro desse modelo, é interessantíssimo, esse modelo funciona lá em baixo era ótimo para nós, nós em vez de entrarmos com dinheiro na empresa, entraríamos com bens avaliados.-----

----- Em relação ao regadio, existe um pedido no IFAP há imenso tempo, portanto, nunca mais saímos disto, aliás, eu nas minhas intervenções na Feira dos Gorazes era sempre o mesmo assunto, pedia sempre aos Governantes que cá vinham o regadio. Eu acho que existe aqui um problema que nós temos que assumir de uma vez por todas, é juntarmo-nos todos no Planalto Mirandês e de uma vez por todas decidir, para avançarmos com o estudo. Mas nunca mais vamos ter o estudo, se andamos aqui arrastar, nunca mais temos o regadio. O regadio é importantíssimo, e nós percebemos isso, não é só para o desenvolvimento do concelho, mas também é para desenvolvermos um bocadinho a agricultura a nível do planalto que tem condições para isso, e vamos manter essa posição, aliás, eu e o Artur estamos firmes nisso, estamos os dois muito unidos em relação a essa questão. É importante que de uma vez por todas possa ser implementado na nossa região e os milhões hão-de vir no próximo quadro comunitário pelo que eu percebi vão-se manter e é tudo a fundo perdido, portanto, não podemos perder esse dinheiro, mas evidentemente, “candeia que vai à frente é que alumia”. A verdade é que alguns têm regadios aprovados e neste momento ainda existem pareceres desfavoráveis. Vamos continuar todos a lutar.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:**-----

-----“Em relação ao regadio, dou a mão à palmatória. Houve aqui uma moção do PSD e eu absteve-me e arrependo-me imenso, mas tenho feito esforços dentro do que é possível e dentro daquilo que posso na questão do regadio. Houve uma política da CIM-TTM e continua a segui-la, e que foi totalmente errada, a CIM-TTM não se preocupa com a comunidade, preocupa-se com individualidades, não só na questão do regadio, e eu já o disse em plena CIM-TTM ao Senhor Presidente, e também na questão dos investimentos públicos que fazem, cada um vai buscar coisas que não são necessárias, tem de seguir uma política unânime de desenvolvimento integral para o distrito.”-----

*Guimarães*  
*de*

**----- RESPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES:-----**

-----“Nos mesmos moldes estão no Cachão, tem aquele investimento feito e é uma pena que esteja da forma como está, de qualquer maneira continuaremos atentos.-----

----- Já na redução do preço da eletricidade, eu entendo que isso deve ser um esforço que o próprio Governo, tem que assumir em conjunto com a própria empresa que produz a energia. Se nós somos empresas e estamos no concelho com produção de energia e devem ser eles a ter essa preocupação de ajudar e isso não fica nada mal que haja efetivamente uma diferenciação entre o interior e o litoral. Continuarei a frisar, aliás, disse-lhe à empresa que possivelmente quer comprar as barragens, na reunião que tivemos. Essa preocupação já foi transmitida à própria EDP, quando da comemoração dos cinquenta anos da barragem de Bemposta também por escrito. Foi transmitido na altura ao Presidente.-----

----- Francisco Afonso, o polidesportivo é para continuar a estar fechado, efetivamente, mesmo balneários não é possível abrir. Eu manteria fechado, porque devemos continuar a respeitar as recomendações da DGS, vamos ver a partir do dia um, estar atentos à nova legislação que irá sair, que entra em vigor a partir do dia um, pode alterar alguma regra no estado de alerta em relação à nossa área.-----

----- Finalmente a questão da plataforma, que também a própria Assembleia e muito bem, se tinha disponibilizado a fazer essa plataforma mas dizemos que a plataforma tem tido uma adesão muito boa felizmente, aliás, por isso é que eu digo que na altura foi pedida à própria Associação Comercial a indicação dos emails para enviarmos a todos os emails que nos disponibilizaram, e tem ocorrido uma adesão muito grande à plataforma, esperemos que agora o comércio desenvolva e que os nossos produtores consigam vender.”-----

**2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

**----- 2.1 APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO (AL. C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º E N.º 4 DO ARTIGO 35.º, ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: -** Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia apreciou e tomou conhecimento das atividades que constavam nas agendas de trabalho do senhor Presidente da Câmara, Francisco Guimarães e dos senhores vereadores em regime de permanência a tempo inteiro, Evaristo Neves,

Joana da Silva e Virgínia Vieira, no período compreendido entre a última sessão ordinária e esta. -----

----- Quanto à situação financeira do município de Mogadouro, à data de oito de junho de dois mil e vinte, era a seguinte: -----

“Dívida em 05/06/2020 -----

– A fornecedores .....	161.603,90€ -----
– A empreiteiros .....	4.889,80€ -----
– Empréstimos em dívida .....	697.961,60€ -----
– Leasings .....	0,00€ -----
– Encargos para o presente ano .....	230.722,93€ -----
-----	
– Saldo em 05/06/2020 -----	
– Orçamental .....	5.343.846,19€ -----
– Operações de tesouraria .....	438.797,83€ -----
– Em documentos .....	35.946,83€ -----
– Fundos comunitários a receber .....	457.540,89€.” -----

----- A Assembleia tomou ainda conhecimento do email sobre o Relatório de Litígios Pendentes do Município de Mogadouro, remetido pela Sociedade de advogados, Abecassis, Azoia, Moura Marques & Associados, com sede em Lisboa, conforme refere o n.º 4 do artigo 35.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO:** -----

-----“Senhor Presidente, pegando nas suas palavras e respondeu ali ao Francisco Afonso sobre a questão do polidesportivo estar aberto ou fechado, peço então que feche o Estádio Municipal. Está aberto e durante a pandemia nunca esteve fechado, os portões estão abertos. Durante a pandemia havia pessoas que iam jogar futebol, se fecham uns os outros também devem fechar.-----

----- Sobre a sua agenda, eu estive a ver, tem aqui, como disse, reuniões quase todos os dias ou semanais da Comissão da Proteção Civil, é estranho que durante estes três meses de pandemia o senhor Presidente nunca tenha feito uma videoconferência com os Presidentes de Junta do concelho de Mogadouro e mais grave no dia vinte e cinco de março o senhor Miguel Rito enviou para todos os Presidentes de Junta um email a marcar reuniões de emergência a partir das dezoito horas, para disponibilizarem os telemóveis ou computadores e até ao momento nunca foram realizadas. Pelo que eu tenho conhecimento, dos Presidentes de Junta do PSD, o senhor Presidente durante estes três meses nunca ligou a nenhum para ver o ponto de situação de cada aldeia. Acho que foi uma falta de respeito.”-----

*J. J. J.*  
*o*

----- **RESPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES:**-----

-----“O portão que está aberto é o que dá acesso ao INEM, se as pessoas vão lá não sou eu que as vou pôr fora. O estádio está fechado ao público com exceção dos atletas federados.-----

----- Felizmente no concelho de Mogadouro não houve nada. O Senhor Presidente de Junta de Vila de Ala sabe perfeitamente e até lhe pode dizer o contrário daquilo que disse. O Presidente de Vila de Ala foi o único que infelizmente sofreu na pele, sempre que precisou, felizmente os dois fomos falando.”-----

----- **2.2 APRECIACÃO DAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DA LEI N.º6/2020, DE 10 DE ABRIL – CONHECIMENTO:** - A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento remetido.-----

----- **2.3 UNIDADE DE OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO SOBRE O PROJETO PARA CRIAÇÃO DE UMA ROTUNDA (EN221) – AVENIDA DE ESPANHA – MOGADOURO. LOCAL: ENTRONCAMENTO DA EN221 (EM) COM A EN221 (JURISDIÇÃO DA IP) – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Começou por usar a palavra o senhor Presidente da Câmara para dizer o seguinte:-----

-----“Este ponto prende-se efetivamente com a autorização dada pela Assembleia para podermos receber um pequeno troço de trezentos e trinta e um metros que está entre a primeira variante e o cruzamento da Estrada Municipal 221 que vem de Zava para podermos fazer uma rotunda, tem sido ultimamente objeto de alguns acidentes, mas para podermos fazer uma rotunda não de acordo com o próprio IP – Infraestruturas de Portugal, segundo as regras que eles exigem, tinham que ter duas faixas de rodagem e isso iria abranger uma grande área, portanto a sugestão efetivamente deles e porque percebemos que assim seria melhor o que pretendemos é aceitar aquele troço de trezentos e trinta e um metros e podermos fazer ali nesse cruzamento uma rotunda de forma a podermos evitar acidentes. Ultimamente a própria faixa de marcação já não se vê e quem vem de Zava e não conhece entra a direito e tem vindo quase em direção às bombas de gasolina, felizmente o último caso, até a própria GNR estava ao pé de mim e viu. Torna-se urgente que tenhamos de fazer algo, antes que ocorra algo grave.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO ILÍDIO GRANJO VAZ:** -----  
-----“Relativamente a este ponto, eu queria apenas reafirmar concordância sobre esta obra, porque à semelhança daquilo que costumamos fazer, quando são obras que nos trazem mais segurança, mais funcionalidade, mais e melhor regulação de trânsito e sobretudo mais estética urbanística, nós estaremos sempre de acordo.-----

----- Todavia, queria aproveitar este ponto para questionar ao Senhor Presidente sobre uma obra nova que foi iniciada que é o prolongamento da rede elétrica até à rotunda da zona industrial. Aproveitei a presença do empreiteiro para o questionar se levava lâmpadas e termos visibilidade noturna até à rotunda, ao qual ele me responde, não, que só levava um candeeiro ao centro e que não levava lâmpada nenhuma. Bem, fiquei estupefacto, porque de facto estamos habituados infelizmente ou felizmente a ver troços para sítios desertificados e que já nem funcionam, por exemplo, nas aldeias há troços feitos noutros tempos e estão ativos em termos de iluminação e estão inativos em relação a ocupação. Senhor Presidente, confesso que fiquei assim um bocadinho pensativo, devem ser umas dez ou onze lâmpadas, é uma entrada de uma vila, uma entrada que nos liga ao distrito, acho que isso é ser muito pequenino, mas aproveito e digo aqui.----

----- Outra coisa que eu queria fazer era um reparo. Aquela estrada, estradão que vai para a zona industrial, que é o nosso orgulho termos assim uma zona industrial, este ano não teve uma intervenção. Não foram cortadas silvas, ervas nem arbustos, temos tanto empenho e tanta alegria em termos a zona industrial que temos, produto do investimento dos nossos empresários, temos que dar um pouco de dignidade a esse acesso.”-----

**----- RESPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES:-----**

-----“Para responder ao senhor professor, eu concordo consigo, não se preocupe que eu concordo consigo. Dizer aqui ao empreiteiro já que está aqui, efetivamente, esta obra está paga desde janeiro e ainda não foi feita, não está concluída, vítima do Covid\_19 foi só pedido o prolongamento rede pública, mas dizer-lhe o seguinte: os pontos de luz agora são gratuitos e, portanto, os pontos que estão na eminência do eng. Hélder pedir, é para os pontos de luz que depois serão colocados, mas ainda não colocaram a central, portanto, mas claro que sim, nem fazia sentido. Houve dois orçamentos, eu posso-lhe dizer, primeiro pensamos nela subterrânea, mas depois atendendo aos custos elevados, optamos pela segunda versão que está paga, continuo a referir, paga desde janeiro, finais de dezembro ou princípios de janeiro, mas ainda não está executada, pelo que a empresa me disse é que a empresa que fornece a estrutura que vai levar no centro, ainda não a tem pronta. Mas é só por isso que não tem, logo que tenha, o pedido de luz pública é fácil.-----

----- A limpeza das bermas, concordo consigo, mas não temos tido mãos a medir, aliás, ainda não conseguimos limpar o concelho todo a primeira vez, ainda andamos na zona do Douro, não está fácil. Logo que haja possibilidade, aliás, as primeiras limpezas que fizemos, já estão outra vez iguais. Este ano com a humidade é uma chatice.”-----

**----- Deliberação:-----**

-----“Após apreciação e discussão, a Assembleia, nos termos do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de

*9/12/21*  
*[Signature]*

setembro, deliberou, por unanimidade, aprovar, a proposta apresentada pela Infraestruturas de Portugal – Gestão Regional de Vila Real e Bragança, que se concretiza na aceitação do troço da estrada nacional número duzentos e vinte e um (EN221), na extensão de trezentos e trinta e um metros (331m) que se encontram descontinuados no local denominado “Entroncamento da EN221(EM) com a EN221 (jurisdição da IP)”, quer por questões de homogeneidade do traçado, quer por continuidade da exploração da estrada.”-----

## **2.4 APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO FINANCEIRO DE 2019 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO:**

- Começou por usar a palavra o senhor Presidente da Câmara para ler o seguinte:-----

----- “No estrito cumprimento do preceituado nos diplomas legais em vigor, concretamente o que refere a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º e alínea i) do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, foram elaborados os documentos de prestação de contas, relativos ao ano financeiro de 2019, com base nas Considerações Técnicas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), observando o preceituado no número 13 das referidas Considerações Técnicas, para que a Assembleia Municipal os aprecie segundo o preceituado no número 2 do artigo 27.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL).-----

----- A obrigação de submissão ao órgão deliberativo para apreciação das contas da autarquia está patente no n.º 1 do artigo 76º da Lei 73/2013, de 3 de setembro e independentemente da apreciação por parte da Assembleia Municipal, os documentos serão, nos termos da Lei, remetidos para as seguintes entidades:-----

- Tribunal de Contas (TC), até 30 de abril;-----
- Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), até 30 de Abril;-----
- Instituto Nacional de Estatística (INE), até 30 dias após a sua aprovação;-----
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), até 30 dias após a sua aprovação.-----

----- O POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei 54-A/99, refere como documentos de Prestação de Contas das autarquias locais, o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Mapas de Execução Orçamental, os Anexos às Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão, os quais são remetidos ao Tribunal de Contas.-----

----- O Relatório de Gestão é um instrumento importante no diagnóstico e avaliação da evolução da atividade do Município, não só porque a sua função é facultar a leitura dos indicadores económicos e financeiros em relação ao período em análise, mas também porque permite verificar com rigor o modo como os recursos foram utilizados e também o nível de eficiência e eficácia

*guita*  
*g*

atingidos na prossecução dos objetivos estabelecidos, nos termos das decisões e deliberações dos órgãos autárquicos competentes especialmente aquando da aprovação dos Documentos Previsionais.-----

----- O presente documento foi elaborado à luz dos princípios anteriormente enunciados, na estrita observância dos normativos legais que lhe respeitam, num exercício que visa elucidar os titulares dos órgãos autárquicos e os municípios em geral sobre os seguintes indicadores:-----

- A execução orçamental, reportando o nível de execução orçamental da despesa realizada e o montante da receita arrecadada, os desvios registados relativamente à proposta de execução orçamental inicialmente aprovada, não esquecendo a avaliação do grau de concretização das Grandes Opções do Plano inscritas no Plano Plurianual de Investimentos e das Atividades Mais Relevantes;-----
- A situação económica do Município de Mogadouro no final do exercício sujeita a análise, segundo uma perspetiva de evolução da gestão dos diferentes sectores de atividade, nomeadamente no que respeita aos investimentos realizados, à estrutura de funcionamento e respetivos custos e proveitos;-----
- A situação financeira reportada ao momento de encerramento do exercício, de acordo com indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações dos resultados;-----
- A evolução do passivo do Município, considerando a sua antiguidade e separando as dívidas de curto prazo, médio e longo prazo de e a terceiros;-----
- A proposta de aplicação do resultado líquido do exercício;-----
- Finalmente, e caso se venham a verificar, os factos que sejam considerados relevantes que tenham ocorrido após o fecho do exercício.-----

----- De acordo com o estabelecido no POCAL, a análise aos indicadores atrás referidos é apresentada em duas perspetivas distintas:-

1. Na Perspetiva Orçamental onde estão apresentados os níveis de execução do orçamento, numa ótica de caixa, contemplando uma análise discriminada de toda a receita arrecadada bem como da despesa realizada.-----
2. Na Perspetiva Patrimonial onde estão expostas e analisadas as contas de maior relevo inscritas nos principais documentos contabilísticos, ou seja, no Balanço, na Demonstração dos Resultados e seus correspondentes anexos. Por outro lado, estes documentos refletem do ponto de vista financeiro, à data de 31 de dezembro de 2019, o património municipal, o passivo, a origem da formação dos resultados e ainda o destino dado aos recursos financeiros, no ano económico em apreciação.-----

----- Do Relatório de Gestão consta também um documento da responsabilidade do Revisor Oficial de Contas com a certificação legal de contas e respetivo parecer e a relação dos encargos assumidos e não pagos à data de 31 de dezembro de 2019.-----

**Linhas de Intervenção:-----**

**----- Educação e Cultura:-----**

----- Durante o ano de 2019, realizaram-se na Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTC) diversas atividades, procurando que este espaço seja de lazer, de cultura e para a cultura, promovendo através do seu Serviço de Extensão Cultural, atividades culturais para diferentes públicos e diferentes tipologias.-----

----- Temos assim no final de 2019, a concretização de 207 atividades organizadas ao longo do ano naquele espaço.-----

----- De destacar também o aumento de 469 pedidos de empréstimo domiciliário, verificado em 2019 comparativamente ao ano anterior, atingindo este ano que analisamos o número de 2.823 pedidos, o que indica haver uma maior afluência e interesse pela leitura, confirmada inclusivamente pelos 80 novos utilizadores que se inscreveram ao longo do ano.-----

----- Usufruíram dos Serviços de Tecnologia da informação e comunicação (TIC) da Biblioteca Municipal, 1948 pessoas ao longo de 2019.-----

----- Para melhor servir os utilizadores/leitores foram adquiridos durante o ano de 2019 diversos documentos, para atualização do fundo bibliográfico, num valor total de 7.281,05 euros, contribuindo assim para que a Biblioteca Municipal esteja cada vez mais ao serviço da comunidade e consequentemente permita à sociedade o seu desenvolvimento e a informação permanente.-----

**----- Ainda nesta área:-----**

- Realizamos as Exposições “Uma Viagem pelo mundo das máscaras” com 163 fotografias, “Douro Internacional” com 45 quadros, “Pinturas de Napoleão” com 23 quadros, “Aquedutos de Portugal” com 30 fotografias, “Máscaras rituais de Portugal” com 50 máscaras, “Amendoeiras em Flor” com 35 fotografias e “Máscaras Transmontanas” com 62 máscaras;-----
- Continuámos o apoio às atividades de enriquecimento curricular, em articulação com as associações de pais e o agrupamento de escolas;-----
- Continuamos a colaborar com o Agrupamento de Escolas em diversas vertentes com patrocínio da Universidade júnior;-----
- Acompanhámos e monitorizámos os diversos setores da atividade educativa, tais como transportes escolares, refeições escolares e equipamentos escolares;-----
- Atribuímos auxílios económicos escolares nos Ensinos Pré-escolar e Básico (1º Ciclo), designadamente através do fornecimento de refeições, prolongamento de horário e oferta dos livros escolares;-----

7/123  
[Handwritten signature]

- Cedemos gratuitamente a todos os graus de Ensino os Transportes Escolares;-----
- Promovemos aulas de música e ginástica, ministradas pelos Técnicos das AEC's, a todos que as pretendam frequentar;-----
- Promovemos os espetáculos de teatro “Encostas Negras” e “As Vedetas”;-
- Desenvolvemos ainda um conjunto de atividades direcionadas para crianças, famílias e idosos como dia Mundial dos Avós, o concerto de Natal das Oficinas de Música, o dia Mundial da Criança, o Concurso de Presépios de rua, o Desfile de Carnaval e XI Encontro dos Cantares dos Reis, entre outras;-----
- Organizamos as Comemorações do 25 de abril e as “Amendoeiras em Flor” onde se inserem o X BTT e a XVIª prova do Circuito Nacional de Montanha;-----
- Organizamos o XVI encontro de anciãos, a Recriação da Via Sacra e o VI encontro de máscaras;-----
- Organizamos várias exposições como “Arte Solta”, “Pelos Caminhos do Mundo”, “O Poder Democrático Local” e a exposição de escultura “Retrospectiva”;-----
- Organizamos mais um concurso concelhio de Bovinos de Raça Mirandesa e patrocinamos o Concurso Nacional da mesma;-----
- Organizamos mais um Festival da Terra Transmontana;-----
- Promoveu-se ainda o encontro europeu de jovens luso descendentes, o encontro de música e dança tradicional transmontana e o XII encontro norte de perdigueiro;-----
- O Município participou também em feiras e eventos como a Feira da Caça e Turismo de Macedo de Cavaleiros, a Bolsa de Turismo de Lisboa, o XIV Festival Internacional da Máscara Ibéria em Lisboa, a Feira de Produtores de Mogadouro com produtos regionais em Groslay e ainda o Congresso de Turismo Rural Transfronteiriço em Zamora;-----
- Foi celebrado e assinado o protocolo de geminação com a cidade francesa da Ville de Groslay;-----
- Patrocinou-se o juramento de bandeiras do Regimento de Infantaria de Chaves.-----

----- **Saúde e Qualidade de Vida:**-----

- Concretizámos o programa de ocupação dos tempos livres das crianças e jovens através das Férias em Movimento na Páscoa, Verão e Natal;-----
- Durante o ano de 2019, no universo de 77 pedidos procedeu-se a atribuição de subsídios para compra de medicamentos a 73 pessoas cujo rendimento mensal é manifestamente baixo, o que acarretou um custo de 16.744,91 euros;-----
- Suportamos a despesa de 42.994,40 euros com as 240 deslocações efetuadas ao Instituto Português de Oncologia no Porto e outros hospitais

para realização de consultas e exames, a pessoas que precisavam de cuidados médicos, tendo usufruído deste benefício, 155 munícipes que sofrem de doenças do foro oncológico e ainda outros 107 munícipes que sofrem de outras patologias. De realçar que estes munícipes realizaram várias deslocações durante o ano de 2019;-----

- No âmbito do Protocolo de Cooperação do Serviço de Teleassistência domiciliária, mantêm-se em funcionamento, aparelhos para idosos em situação de dependência/isolamento social;-----
- Mantemos o protocolo de colaboração do Planalto Mirandês para os cuidados paliativos;-----
- Foi celebrado e patrocinado o protocolo “Há Festa na Aldeia”, em Bemposta.-----

----- **Desporto:**-----

- Organizamos a Gala da Associação de Ciclismo e Cicloturismo de Bragança;-----
- Apoiamos através da concessão de subsídios e cedência de transporte, as Associações desportivas do concelho;-----
- Realizamos o torneio de futebol inter aldeias, a prova de triatlo, a corrida de São Silvestre, a volta ao nordeste em bicicleta e ainda os torneios de Ténis e escolinhas de futebol;-----
- Organizamos mais um Red Burros Fly-In;-----
- Promoveu-se a realização do “Montaine Rescue – Mogadouro 2019” – exercício internacional de montanha.-----

----- **Ação social:**-----

- Promovemos mais uma edição da Feira Social;-----
- Apoiamos famílias carenciadas através do pagamento das rendas de suas habitações;-----
- Procedemos à melhoria de alojamento de uma família com dificuldades financeiras, com grandes reparações na sua habitação;-----
- Apoiamos financeiramente instituições de solidariedade social, entre as quais a Santa Casa de Misericórdia de Mogadouro através da celebração de protocolos;-----
- Foram atribuídos vários cabazes de Natal a famílias mais carenciadas no valor de 1.739,55 euros.-----

----- **Segurança:**-----

- Apoio e acompanhamento da Comissão Municipal de Proteção Civil;-----
- Continuámos a apoiar, através da celebração de protocolos, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Mogadouro tendo em vista a melhor gestão do Corpo de Bombeiros;-----
- Acompanhamos a C.P.C.J. na promoção dos direitos da criança e na prevenção do risco com a constituição de equipas multidisciplinares, que promoveram as palestras “Educar para o Direito”, “Parentalidade

Consciente” e “Se podes sonhar, podes concretizar” entre outras ações como o “estendal dos direitos” e o projeto “sarilhos”.-----

----- **Atração e Dinamização da Iniciativa Empresarial:**-----

- Atribuiu-se o valor total de 89.120,00 euros para apoio à criação de 27 novos postos de trabalho e ainda a manutenção de outros 23 apoiados anteriormente de acordo com o Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de interesse Municipal;-----
- A aposta na organização e apoio de eventos que potenciem a valorização da gastronomia e promoção dos produtos locais, como a Feira dos Gorazes, Feira Franca/Amendoeiras em flor e Festival Terra Transmontana, continua a ser prioridade porque estas iniciativas, para além de permitirem uma maior visibilidade e melhor oferta de negócio dos produtos regionais, expostos pela população do concelho, atrai também a participação de vários e diferenciados expositores;-----
- Apoiamos os produtores pecuários nas despesas com a vacinação animal traduzido num custo de 52.116,60€, onde incluí valores atribuídos em 2018 e pagos em 2019, mas por outro lado não constam parte dos valores atribuídos em 2019, que só irão ser pagos em 2020, o que acontece apenas pelo atraso na entrega dos documentos por parte dos criadores.-----

**QREN, PORTUGAL 2020 e Outros Financiamentos:**-----

----- Estando a decorrer o Programa Operacional “Norte 2020” com o período temporal de 2014 a 2020, importa aqui fazer uma análise à sua execução. Em primeiro lugar dizer que face aos atrasos verificados no programa, o período vai ter de ser alargado, porque é de todo impossível concluir os projetos em construção e outros ainda por iniciar.-----

----- Trata-se de um programa que face à nossa localização geográfica, é gerido pela CCDR Norte, e tem como objetivo final, desenvolver o concelho, dotá-lo das infraestruturas em falta, contribuindo assim para o melhoramento da qualidade de vida da população de acordo com as estratégias anteriormente definidas.-----

----- Assim o destaque vai para:-----

<i>Programa</i>	<i>Designação</i>	<i>Valor Elegível</i>	<i>Comparticipação</i>
NORTE 2020	Casa das Associações/Antigo edifício do Banco Pinto & Sotto Mayor	282.936,43€	240.495,97€
Baixo Sabor	Espaço Mais – Mogadouro apoia inclusão social	40.000,00€	36.000,00€
NORTE 2020	Rede Regional de Percursos Pedestres do Douro Superior	157.202,50€	131.702,90€

NORTE 2020	Requalificação e modernização das instalações da escola básica e secundária de Mogadouro	1.394.347,38€	1.185.195,27€
NORTE 2020 POSEUR	Reformulação do Sistema de Tratamento Águas Residuais Urbanas de Urrós	456.746,38€	388.234,42€
NORTE 2020 POSEUR	Reformulação do Sistema de Tratamento Águas Residuais Urbanas da Vila de Mogadouro	2.205.429,94€	1.874.615,45€
NORTE 2020	Projeto e Requalificação das habitações do ex Bairro Fundo Fomento	1.523.821,96€	1.295.248,66€
NORTE 2020	Recinto de Valorização de Raças Autóctones	939.132,92€	200.000,00€
NORTE 2020	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	392.257,00€	333.418,45€
NORTE 2020	Redução do consumo de energia Iluminação Pública de Mogadouro	278.481,01€	264.556,96€
NORTE 2020	Construção de passadeiras, com características de acalmia e tráfego, em Mogadouro	250.498,29€	212.923,55€
NORTE 2020	Reabilitação energética e funcional do Edifício da Piscina Coberta de Mogadouro	278.445,18€	127.687,02€
IFAP	Rede de Castros – Beneficiação do Castelo dos Mouros de Vilarinho dos Galegos	61.278,60€	30.639,30€
IFAP	Modernização do Moinho da Ribeira do Juncal	79.950,00€	39.975,00€
<b>Totais</b>		<b>8.340.526,69€</b>	<b>6.360.692,95€</b>

----- Estes projetos aprovados à luz do Quadro Portugal 2020 para o Município de Mogadouro, nos diversos programas e áreas variadas, contemplando apenas aqueles que tiveram execução durante o ano, ou mereceram a sua aprovação no decorrer do mesmo.-----

----- No final do ano 2019, o Município de Mogadouro, tinha projetos aprovados no valor de 6.360.692,95€, o que correspondia a um volume de investimento de 8.340.526,69€. De referir que, alguns deles vêm já de anos anteriores, outros há que estão concluídos e aguardam apenas o fecho do projeto e há ainda os que não têm qualquer execução financeira.-----

----- Os projetos que estão em fase de execução, os que têm concursos a decorrer, os que se prevê serem lançados ao longo do ano de 2020 e ainda os que estando concluídos em termos de obra, têm valores consideráveis por

receber ou tão simplesmente, receber os 5% finais que são pagos após o fecho da candidatura.-----

----- Pode verificar-se que no final de 2019, o Município de Mogadouro tem projetos ou ações aprovadas e não recebidas no valor de 5.665.721,90€, sendo que, alguns deles têm prazo de execução por mais que um ano, e outros que ainda não têm execução, significando que se trata de um valor que não vai ser recebido na totalidade em 2020.-----

## **GESTÃO FINANCEIRA:-----**

### **Principais indicadores da Gestão Orçamental:-----**

----- O Relatório de Gestão procura evidenciar a situação económica e financeira da autarquia no final do ano de 2019, permitindo assim o conhecimento real sobre a eficácia atingida sobre os objetivos traçados nas Grandes Opções do Plano e Orçamento aprovados para o mesmo ano.-----

----- O orçamento apresenta a previsão anual das receitas, bem como das despesas de acordo com o ponto 2.3.2 das considerações técnicas do POCAL, pelo que como em qualquer análise e independentemente do cumprimento dos princípios orçamentais e das regras previsionais na sua elaboração, está sempre sujeito a correções pelo impacto financeiro de situações não previstas.-----

----- Nos termos do ponto 8.3.1 das considerações técnicas atrás citadas, essa é uma faculdade que pode assumir a forma de alteração que pode incluir reforços de dotações de despesas em contrapartida de diminuições ou anulações de outras dotações, ou revisão orçamental, que dando origem ao aumento global da despesa prevista, implica sempre uma revisão ao orçamento.-----

----- Desde a entrada em vigor da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que introduziu alterações à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA, entretanto regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, foram impostas novas regras na assunção de compromissos e pagamentos em atraso das entidades públicas, a qual representa um importante instrumento de controlo da execução orçamental. Ao impor o cálculo dos fundos disponíveis antes da assunção de qualquer compromisso, funciona como medida cautelar na gestão municipal, reduzindo assim o risco orçamental na medida em que faz depender da existência de recursos financeiros as aquisições, a execução de obras ou a atribuição de subsídios e apoios a outras entidades, concluindo-se assim que, se o orçamento estiver sobre orçamentado do lado da receita, aquela Lei, impede a realização de nova despesa porque esta só pode ser assumida se for verificada a existência de fundos disponíveis para a pagar.--

----- Também os encargos da dívida transitada de anos anteriores, além de terem que estar inscritos no orçamento do novo ano económico, devem ser os primeiros a ser registados nos fundos disponíveis porque a Lei impõe que

só depois de registados esses compromissos se pode avançar com novas despesas, desde que as mesmas tenham cobertura nos fundos disponíveis.---

**RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA:-----**

----- O mapa resumo dos Fluxos de Caixa apresenta os recebimentos e pagamentos orçamentais, assim como as operações de tesouraria evidenciando também os saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, dividido segundo a sua origem. Os valores de operações de tesouraria referem-se a cobranças que a autarquia faz para entidades terceiras, relativas a: Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social, I.R.S., Sindicatos, etc., sendo estes montantes entregues no mês seguinte às respetivas entidades, de acordo com os prazos legais estipulados. Estão também incluídos em Operações de Tesouraria os valores retidos em dinheiro pela autarquia referentes a cauções e garantias, relativos a fornecimentos e empreitadas.-----

----- Estes movimentos resultam de entradas e saídas de fundos feitas à margem do orçamento, sendo objeto de movimentação contabilística apenas no sistema da contabilidade patrimonial.-----

----- O Fluxo das Atividades Operacionais que resulta da diferença entre a receita corrente e a despesa corrente é positivo em 1.657.058,84 euros.-----

----- Na ótica do pagamento, o investimento efetuado pelo Município durante o exercício de 2019 foi superior às receitas de capitais, apresentando assim, o Fluxo das Atividades de Investimento um superavit de 1.202.538,48 euros, refletindo assim o financiamento de parte do Investimento, com a Poupança Corrente.-----

----- Assim, como se constata, no ano 2019, o valor dos fluxos financeiros apresenta um total de 18.126.349,46 euros.-----

----- Foram efetuados pagamentos no valor de 13.321.711,99 euros, desagregados em despesas correntes de 9.929.919,61 euros, e despesas de capital de 3.391.792,38 euros.-----

----- Por outro lado, o valor dos recebimentos totalizou 13.778.564,16 euros, acrescidas do saldo transitado da gerência anterior no valor de 2.955.992,21 euros.-----

----- O valor das receitas correntes foi de 11.586.978.45 euros, enquanto as receitas de capital totalizaram 2.189.253,90 euros e as outras receitas 2.331,81 euros.-----

----- Assim o saldo positivo transitado para 2020 (gerência seguinte) é do valor total de 3.862.152,78 euros, desagregando-se em execução orçamental de 3.412.844,38 euros e operações de tesouraria o valor de 449.3087,40 euros.-----

----- É neste sentido que propomos para aprovação a esta assembleia o Relatório e Contas de ano de 2019, assim como todos os mapas que fazem parte das respetivas contas e relatório de certificação de contas emitido pelo

Revisor Oficial de Contas, no qual conclui que “Em nossa opinião o relatório e contas apresentado pelo Município de Mogadouro tendo em atenção o certificado legal das contas e o relatório anual do auditor externo apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Município e o resultado das suas operações.”-----

**----- INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:-----**

-----“Queria fazer uma pequena observação sem ser muito pretensioso ou nada, mas no que toca à organização do 25 de abril, eu acho que ficava bem, no meu entender, dizer que a organização das comemorações do 25 de abril são feitas em conjunto com a Assembleia Municipal.”-----

**----- INTERVENÇÃO DO MEMBRO ILÍDIO GRANJO VAZ: -----**

-----“Queria dar os parabéns pelo facto da ilustração do documento neste momento ser diferente, no sentido de ter melhorado significativamente, temos pelo menos fotografias a cores que nos dão indicadores mais corretos e compreensões mais coerentes.-----

----- Amigos, amigos, contratos à parte. Para nós continua a ser claro que compete ao Partido Socialista enquanto suporte político executivo, garantir aprovação das contas que geriram durante o ano económico de 2019, contudo, também compete à oposição e ao abrigo da Lei 24/98 de 26 de maio, acompanhar, fiscalizar e criticar as orientações políticas dos órgãos executivos. E é isso precisamente que nos traz aqui. Assim anunciados estes princípios vale apenas enquadrá-los num conjunto de pressupostos que marcam a nossa atitude política e em consonância com o posicionamento dos vereadores da Coligação Todos Por Mogadouro. Quando um plano de atividades e orçamento já não contemplava na nossa ótica uma visão estratégica de desenvolvimento endógeno capaz de recriar mais dinamismo e melhores condições de vida ao seu cidadão, e com uma taxa de execução minimalista, suponho que de 44,22%, quando um relatório de contas por sinal bem elaborado pelos competentes funcionários do nosso Município a quem, damos os parabéns, ilustra todo o diagnóstico evolutivo da atividade do Município com as quais já não concordamos aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento que o suporta, quando o Executivo liderado pelo Partido Socialista ignora e despreza qualquer contributo de melhoria conceptual da oposição, imprescindíveis para um futuro de prosperidade e de melhor coesão social, dispondo como é sabido, de boa saúde económica e financeira que herdaram e souberam manter. Quando foram apresentados um conjunto de boas propostas designadas de medidas de emergência para apoio às famílias e empresas no âmbito da pandemia que o mundo está a viver, quando sabemos que em Mogadouro existem sectores da sociedade mais vulneráveis à ameaça da carência económica ver-se equacionar uma atuação conjunta e prioritária das políticas de combate à

inclusão, não deixando de fora uma larga e expressiva maioria de Mogadourenses de vários sectores sociais de fora, porque com o estado de emergência ao ter de ficar em casa reduziram substancialmente os seus rendimentos familiares. É neste momento aflitivo que não cabem partidismos.-----

----- Quando soubemos pelo Facebook das medidas municipais de emergência para apoio às famílias confessamos a nossa satisfação, porém, deveriam no nosso entender, ser mais audaciosas, equilibradas e equitativas. Neste sentido, e após reunião expressa a Coligação Todos Por Mogadouro, atenta aos condicionalismos e constrangimentos decorrentes da atual pandemia deliberou pelo sentido da abstenção respetivamente nos pontos, 2.4 que está em discussão, e anuncio o 2.5, 2.6, e o 2.7. É esta a nossa visão sobre o Relatório de Contas.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO MANUEL LUÍS VARANDAS:-**

-----“Em circunstancias normais estes documentos seriam apresentados em abril, não foram devido a um micro agente invisível que tem a capacidade de infetar seres humanos, independentemente da idade, da sua condição social e do local do mundo onde residam.-----

----- A Organização Mundial de Saúde, batizou-o de Covid\_19, felizmente, este vírus não é tão mortal como de outras pandemias anteriores, nomeadamente a pandemia de 1918, morrem menos pessoas, mas morrem economias, postos de trabalho e principalmente as liberdades individuais de cada um.-----

----- Neste capítulo tenho que realçar o civismo da população do concelho de Mogadouro, da forma como foi capaz de cumprir as restrições dessas liberdades, nomeadamente, aquela frase emitida por uma amplificação sonora que dizia, “*Fique em casa*”-----

----- Relativamente a este documento em questão vou simplesmente ler um paragrafo que consta de uma declaração de responsabilidade assinada por todo o Executivo, cito: “*Não contem erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental*”, também o Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas é no mesmo sentido, passo a ler: “*É nossa convicção que os documentos que integram a prestação de contas traduzem, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, à data do encerramento das contas, sob a condição das limitações e ou desacordos expressos na certificação legal das contas.*”, “*É nossa opinião que o Relatório de Gestão está em conformidade com as demonstrações financeiras e que a proposta de aplicação de resultados do Órgão Executivo cumpre os preceitos legais aplicáveis.*”, de acordo com estas informações

pode e deve esta Assembleia aprovar também os documentos Prestação de Contas relativos ao ano financeiro de 2019.”-----

----- **Deliberação:** -----

----- Após apreciação e discussão, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e oito (28) votos a favor, doze (12) abstenções e zero (0) voto contra, nos termos do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar os documentos da prestação de contas relativos ao ano financeiro de dois mil e dezanove, o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação. -----

----- Nos termos do que dispõem os artigos 76.º e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a Assembleia Municipal apreciou ainda os documentos da certificação legal das contas apresentados pelo revisor oficial de contas.-----

## ----- 2.5 PRIMEIRA ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DO PLANO DE INVESTIMENTOS DO ANO DE 2020

----- **ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Começou por usar a palavra o senhor Presidente da Câmara para dizer o seguinte: -----

-----“O Professor Ilídio já fez declaração de voto relativamente aos pontos que se seguem, dizer o seguinte: em relação ao ponto 2.5 é a primeira alteração modificativa ao orçamento do plano de investimentos no ano de 2020, tivemos que englobar uma alteração relativamente a uma candidatura que vamos apresentar e por isso só depois dela estar no nosso plano, que é a expansão da terceira fase do Loteamento Industrial de Mogadouro, uma candidatura que temos que apresentar , mas para podermos fazer essa candidatura é necessário estar englobado no Plano Plurianual de Investimentos, e por isso, tivemos que fazer esta alteração modificativa ao orçamento e também com reforço de mais dinheiro para aquisição de viaturas, tínhamos que fazer ainda no corrente do presente ano. Isto no que diz respeito à primeira alteração modificativa ao orçamento do plano de investimentos.-----

----- No 2.6 é a primeira alteração ao orçamento municipal, é a inclusão do saldo de gerência dos 3.412.844,38€, naquilo que são a contabilidade, saldo de gerência transitado das contas que acabaram de aprovar do ano anterior, portanto, é a introdução do saldo de gerência.-----

----- No 2.7 na primeira alteração modificativa ao orçamento municipal da despesa, tem a ver efetivamente com a aquisição das viaturas e custos com a eletricidade, portanto, foi essa a alteração que está em causa.”-----

----- **Deliberação:** -----

----- Após apreciação e discussão, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com trinta e um (31) votos a favor, nove (9) abstenções e 0 (zero) votos contra, aprovar a primeira alteração modificativa ao Orçamento do Plano de Investimentos do ano de dois mil e vinte, na importância de cento

e vinte mil euros (€120.000,00), em inscrições/reforços e de vinte mil euros (€20.000,00), em anulações/diminuições.-----

----- **2.6 PRIMEIRA ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA RECEITA DO ANO DE 2020 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Ouvida a explicação dada pelo senhor Presidente da Câmara, no ponto 2.5, e após apreciação e discussão, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com trinta e um (31) votos a favor, nove (9) abstenções e 0 (zero) votos contra, aprovar a primeira alteração modificativa ao Orçamento Municipal da Receita para o ano de dois mil e vinte, na importância de três milhões, quatrocentos e dezasseis mil, quinhentos e noventa e cinco euros e catorze centimos (€3.416.595,14), em inscrições/reforços e dois milhões, novecentos e dezasseis mil, quinhentos e noventa e cinco euros e catorze centimos (€2.916.595,14), em anulações/diminuições.-----

----- **2.7 PRIMEIRA ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA DESPESA DO ANO DE 2020 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Ouvida a explicação dada pelo senhor Presidente da Câmara, no ponto 2.5, e após apreciação e discussão, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com trinta e um (31) votos a favor, nove (9) abstenções e 0 (zero) votos contra, aprovar a primeira alteração modificativa ao Orçamento Municipal da Despesa para o ano de dois mil e vinte, na importância de quinhentos e vinte mil euros (€520.000,00), em inscrições/reforços e vinte mil euros (20.000,00), em diminuições/anulações.-----

----- **2.8 APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS, RELATÓRIO ANUAL DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA E RELATÓRIO ARTIGO 77.º** - **CONHECIMENTO:** - A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento remetido pelo sector de contabilidade.-----

----- **2.9 SEGUNDA ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA DO ANO 2020 (SNC-AP) E INFORMAÇÃO DO SERVIÇO DE CONTABILIDADE – CONHECIMENTO:** - A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento remetido pelo sector de contabilidade.-----

----- **2.10 PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS A APLICAR EXCEPCIONALMENTE NO ÂMBITO DA PANDEMIA DA DOENÇA**

**COVID-19 – CONHECIMENTO:** - A Assembleia Municipal tomou conhecimento da proposta enviada pela Câmara Municipal sobre a Isenção de Taxas Municipais. -----

----- **2.11 SEGUNDA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO DO ANO 2020 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Começou por usar a palavra o senhor Presidente da Câmara para dizer o seguinte: -----

-----“Tem a ver efetivamente com o visto do Tribunal de Contas relativamente à cantina e refeitório escolar e de acordo com o despacho proferido em três de junho do corrente ano, eles entendem embora os nossos serviços não entendessem que era uma revisão, porque, ele já estava englobado no plano plurianual de investimentos, mas, o Tribunal de Contas entende que tem de ser aprovada a revisão do valor, o valor é superior àquilo que estava inicialmente previsto, e portanto, trazemos à Assembleia para aprovação, e para termos o visto a partir do momento em que a Assembleia aprova esta alteração, esta revisão, daquilo que já foi aprovado em fevereiro por mim, mas que o Tribunal de Contas mantem a posição deles e segundo o despacho enviado em junho dizem que tem de ser a Assembleia, consideram como revisão e não como uma alteração.”-----

----- A Assembleia, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, aprovar, a segunda alteração ao Plano Plurianual de Investimentos do ano de dois mil e vinte, no valor de duzentos e trinta e três mil euros (€233.000,00), em diminuições e em reforços respeitantes à obra designada de “Projeto e construção de Cantina Escolar na antiga Escola Preparatória Trindade Coelho”.-----

----- Na sequência do solicitado no ofício proveniente do Tribunal de Contas, no qual referiu que deve a Câmara Municipal “remeter a competente autorização para a assunção de encargos plurianuais pela assembleia Municipal, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º1 do art.º da LCPA”, mais foi deliberado submeter a presente alteração à aprovação do órgão deliberativo.”-----

----- **2.12 DESIGNAÇÃO DO JÚRI DOS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA CHEFE A DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA E CHEFE DA DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Após apreciação e discussão, e nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 25.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta de composição do júri para ambos os procedimentos concursais que têm em vista o preenchimento dos

lugares de chefes de divisão da área Administrativa e Financeira e da área de Infraestruturas e Obras Municipais.-----

----- **2.13 APOIO CONCEDIDO À JUNTA DE FREGUESIA DE TÓ NOS TERMOS DO REGULAMENTO DE FORMAS DE APOIO ÀS FREGUESIAS/UNIÕES DE FREGUESIAS DO CONCELHO DE MOGADOURO – PARA CONHECIMENTO:** - Começou por usar a palavra o senhor Presidente da Junta do Azinhoso, António Amálio Oliveira:-----

----- “ Senhor Presidente, ouvi as suas palavras sobre a ida dos técnicos ao Azinhoso, mas para que fique claro a minha posição perante esta Assembleia e a importância desta obra, quero dizer o seguinte: como deputado desta Assembleia Municipal, tenho votado e votarei sempre a favor dos apoios fornecidos a qualquer freguesia, independentemente da cor partidária do senhor Presidente, no caso de hoje, apoio com o meu voto o apoio concedido à freguesia de Tó.-----

----- Gostaria no entanto que a minha freguesia fosse ouvida e apoiada na mesma medida em que são outras. Como o senhor Presidente sabe, Azinhoso é uma aldeia de muita cultura e com costumes muito antigos, num tempo que não há memória, apareceu nos campos a cerca de meio quilómetro da aldeia, no meio de um carrasco a Senhora Divina, a que chamamos precisamente, Senhora do Carrasco. Apareceu e ali ficou, imortalizada na sua pequena ermida, local de culto, estimado pelos seus fiéis. É no mês de maio que celebramos, no primeiro domingo do mês de maio, as gentes de Azinhoso vão em romaria à Senhora do Carrasco com o seu tradicional ramo de rosquilhas doces. E são as rosquilhas doces que motivam esta minha intervenção, é que as rosquilhas doces, são cozidas em forno de lenha, os fornos de lenha particulares são estruturas de produção tradicionais, foram caindo em desuso e degradaram-se, tal como acontece com outras aldeias. Em Azinhoso, já existem poucos fornos a lenha, e os que existem têm dono. Para que a tradição de levar o ramo de rosquilhas à Senhora do Carrasco e a toda a cultura associada a este dia e que não se perca, é de alta prioridade construir o forno comunitário nesta aldeia.-----

----- Pois é senhor Presidente, o forno comunitário que andamos a pedir ao Município desde 2017, lembro-lhe hoje e perante esta Assembleia já não me chegam os dedos de uma mão e quase nem as duas para contar os ofícios que a Junta de Freguesia do Azinhoso enviou ao Presidente Francisco Guimarães a solicitar apoio à construção do forno comunitário da aldeia de Azinhoso. Sem nunca, repito, nunca obtivemos qualquer resposta. Recebemos uma vez uma carta do Vice-Presidente a perguntar qual o apoio que precisávamos, respondemos-lhe logo de seguida e desde então nunca mais a Câmara se lembrou de nós. Já nem vou dizer quantos ofícios remeti em relação a outros assuntos e também não foram dignos de resposta, já que tem ignorado

constantemente os ofícios que a nossa Junta lhe envia, não sei qual a razão que o leva a fazer este descanso da nossa Freguesia, mas não é essa resposta que estou a procura hoje, hoje venho aqui, para que me responda, aquilo que lhe venho perguntando sucessivamente neste ofício. Senhor Presidente vai apoiar a Junta de Freguesia no respetivo forno comunitário?”-----

**----- RESPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES:-----**

----- “A Câmara vai apoiar, mas não com o valor de oitenta mil euros, iremos apoiar dentro daquilo que temos apoiado as outras Freguesias.”-----

**----- 2.14 MAPA DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPREGO – CONHECIMENTO: -** A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento remetido pelo sector de contabilidade.-----

**----- 2.15 MAPA DO SERVIÇO PRESTADO PELAS MÁQUINAS NAS FREGUESIAS – CONHECIMENTO: -** A Assembleia Municipal tomou conhecimento do mapa remetido pela Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais referente ao serviço prestado pelas máquinas bulldozer, giratória e niveladora do Parque de Máquinas da Autarquia nas freguesias do concelho nos meses de fevereiro, março, abril e maio de dois mil e vinte.---

**----- 2.16 COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – AM 2 – 2020 – CONHECIMENTO: -** A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento remetido pela Divisão de Contratualização, Informática e Património sobre os compromissos plurianuais – autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos referentes aos contratos iniciados no ano de dois mil e quinze até à presente data.-----

### **3. OUTROS ASSUNTOS**

**----- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS: -** Fez a seguinte intervenção dizendo:-----

-----“Estão duas informações que foram para todos, um Plano de Contingência para Lares de Idosos em Risco de Covid\_19, já foi de março e é da Assembleia Municipal de Castelo de Paiva, onde eles propunham algumas situações na maneira de pensar e a Moção que foi aprovada aqui em Assembleia sobre as Barragens do Douro Internacional, que futuro para as Comunidades Locais e o que irão ganhar, esta moção foi devidamente encaminhada para as outras Assembleias e a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo, decidiu aprová-la e apoiar incondicionalmente aquilo que nós já tínhamos feito.-----

----- Ainda nos outros assuntos, e antes de passarmos à leitura e aprovação da ata em minuta:-----

----- Primeiro tenho que agradecer a todos aqueles que aqui trabalharam para que esta Assembleia fosse possível, eles ainda se encontram aqui, o meu muito obrigado.-----

----- E sem me esquecer, eu sou sensível nesses pontos e nesses casos, fazer o minuto de silêncio.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO:**-----

-----“ Queria levantar duas questões.-----

----- Em relação às passadeiras elevatórias, queria perguntar o seguinte: a obra não foi bem executada, e temos um exemplo aqui bem perto, aqui atrás da Casa da Cultura a passadeira tinha cerca de quinze dias e foi rebentada, senhor Presidente, ainda não está composta. O que se passa?-----

----- Outra situação, andou uns dias a ser feita a sinalização das lombas, senhor Presidente é preciso ter cuidado quando a empresa vem colocar a sinalização do pisca-pisca, onde vai colocá-las? Não sei se a culpa é da empresa, o senhor Presidente irá dizer que a culpa é dela nunca dos fiscais da Câmara. Sinalização pisca-pisca colocada em lombas, felizmente acho que passado uma semana alguém detetou e foram retiradas, espero bem que não tenha custos de trabalhos a mais, porque a INERTIL que foi a empresa que fez as lombas, colocou sinalização nova de passadeira, passado quinze dias a um mês vem uma empresa arrancar aqueles sinais e por uns novos. Afinal teve custos, entrou na obra, estes sinais estão na posse da Câmara? É preciso ter atenção quando se fazem obras, ter bom-senso, porque uma semana com pisca-pisca em lombas de automóvel, acho que não tinha jeito nenhum.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO BELMIRO JOAQUIM MENDES FERREIRA :**-----

-----“Não era para intervir, mas já que falaram outra vez no assunto das barragens.-----

----- No seguimento da aprovação da Moção em dezembro, por unanimidade, nesta Assembleia. Moção intitulada “Barragens do Douro Internacional, que Futuro para as Comunidades Locais e o que irão ganhar?”, visto se ter falado sobre energia, custos e benefícios, gostaria de fazer as seguintes perguntas: Que deliberação tomou a CIM-TTM, e se sabe alguma posição pelo menos da CIMDOURO?-----

----- Posteriormente, os deputados da Assembleia da República apresentaram uma recomendação aos senhores deputados eleitos pelo ciclo de Bragança e Vila Real pelo PSD, da qual a Assembleia da República aprovou a resolução nº26/2020, publicada em 19 de maio de 2020.-----

----- Senhor Presidente, o senhor já reuniu com estes deputados ou outros que aprovaram a presente intenção? Qual o concelho onde acham que devia

ficar a sede? O Governo já ouviu o nosso Município?-----

----- No ponto três desta recomendação, e agora vou ler o seguinte:  
“Assegura-se que as receitas do Estado provenientes da operação desta venda destas barragens se destinam a criar um fundo de desenvolvimento da região, definidos pelos Municípios envolvidos”, se este fundo fosse gerido pelos Municípios se calhar o poder político, fosse ele quem fosse, podia agarrar e dizer assim: pronto, vamos atribuir cinco ou dez por cento desta receita aos cidadãos. Se o consórcio liderado pela ENGIE for o novo concessionário, automaticamente em Portugal não é distribuidor de energia, se calhar não existe hipótese.-----

----- Fui fazer uma investigação e quem votou a favor, votou a favor o PSD, o BE, o PCP, o CDS e o CHEGA. Quem votou contra, PS, o PAM, a Joacine Katar Moreira. Abstenção, o PEV e a Iniciativa Liberal”.-----

----- **INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:** - Fez a seguinte intervenção dizendo:-----

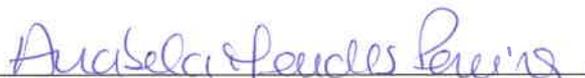
-----“Em primeiro, a Assembleia Municipal irá prestar neste momento um minuto de silêncio, em pé, a todas as famílias enlutadas, e que são milhares, por Covid\_19, a nossa solidariedade e consternação pelo falecimento dos seus entes queridos.-----

----- Em seguida será lida a ata em minuta.-----

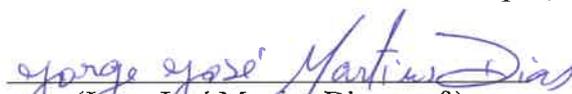
----- **LEITURA DA ATA EM MINUTA:** - No final dos trabalhos e, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2018, de 12 de setembro e do n.º 6 do artigo 34.º do Regimento da Assembleia Municipal de Mogadouro, com vista à excecutoriedade imediata dos assuntos tratados, a segunda secretária da Mesa, Carla Lousão, procedeu à leitura da ata em minuta, a qual foi aprovada, por unanimidade. -----

----- Eram treze horas e vinte e cinco minutos, quando o senhor presidente da Mesa, deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Anabela Mendes Pereira, primeira secretária da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi:-----

A 1.ª Secretária da Assembleia Municipal,

  
-----  
(Anabela Mendes Pereira)

O Presidente da Assembleia Municipal,

  
-----  
(Jorge José Martins Dias, prof.)